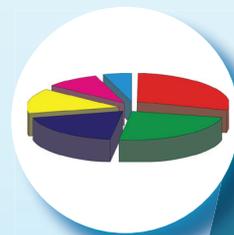


Fundação Nacional da Saúde



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

**Superintendência Estadual
do Rio de Janeiro
(Suest/RJ)**



Fundação
Nacional
de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do Exercício de 2012, apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de Contas Anual a que esta unidade está obrigada nos termos do Art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n° 63/2010, da DN TCU n° 119, de 18 de janeiro de 2012, da DN TCU n° 121, de 13 de julho de 2012, da Portaria TCU n° 150, de 3 de julho de 2012 e das orientações do Órgão de Controle Interno, CGU n° 01 de 18 de janeiro de 2013.

SUMÁRIO

1. Informações Sobre a Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual.....	12
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	13
1.3. Organograma Funcional.....	19
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	25
1.5. Macroprocessos de Apoio.....	25
1.6. Principais Parceiros.....	26
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	27
2.1. Planejamento das Ações da Unidade.....	27
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	28
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	30
2.4. Indicadores.....	33
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	48
3.1. Estrutura de Governança.....	48
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	49
3.4. Sistema de Correição.....	50
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria n° 1.043/2007 da CGU.....	52
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	53
4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	53
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	53
4.2.2. Programação de Despesas.....	53
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	53
4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital.....	53
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	53
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	54
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa.....	55
4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários.....	55
4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	55
4.2.4.1.2. Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	55

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	55
4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	55
4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	56
4.2.4.2.3. Análise Crítica.....	56
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	57
5.1. Reconhecimento de Passivos.....	57
5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	57
5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	57
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	57
5.2.2. Análise Crítica.....	57
5.3. Transferências de Recursos.....	58
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	58
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	58
5.3.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferência que Permanecerão Vicentes no Exercício de 2013 e Seguintes.....	58
5.3.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	58
5.3.5. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	59
5.3.6. Análise Crítica.....	59
5.4. Suprimento de Fundos.....	62
5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	62
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	62
5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	62
5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	62
5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	63
5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	63
5.4.1.6. Análise Crítica.....	63
5.5. Renúncias Tributárias Sob a Gestão da UJ.....	63

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	64
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	64
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da	
Unidade Jurisdicionada.....	64
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da	
Unidade Jurisdicionada.....	64
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho.....	65
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	
Segundo a Idade.....	65
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	
Segundo a Escolaridade.....	66
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	66
6.1.4. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada	
Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	67
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade	
Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e	
de Aposentadoria.....	67
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela	
Unidade Jurisdicionada.....	67
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	68
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de	
Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	68
6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e	
Comunicação.....	68
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por	
Intermédio do SISAC.....	71
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	72
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno	
(OCI) Sobre os Atos.....	72
6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	72
6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	72
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do	
Plano de Cargos do Órgão.....	72
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em	
Decorrência da Realização de Concurso Público.....	72

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	72
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	73
6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	74
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários.....	75
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	76
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	76
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	78
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	78
7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	78
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	79
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	80
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	80
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	81
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	81
9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	82
10. Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	83
10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	83
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	83
10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	88
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	88
10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	97
10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	100
10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93.....	100
10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	100
10.3.1.2. Análise Crítica.....	100
10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	101
10.4.1. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	101

11. Informações Contábeis.....	102
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos	
Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade	
Aplicadas ao Setor Público.....	102
11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de	
Ativos e Passivos.....	102
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações	
Contábeis.....	103
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	103
11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na	
Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela	
Resolução CFC nº 1.133/2008.....	104
11.6. Parecer da Auditoria Independente.....	104
13. Outras Informações Sobre a Gestão.....	104
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	104

ANEXOS

Introdução

O Relatório de Gestão da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde, no Rio de Janeiro, relativo ao exercício de 2012, está estruturado com base no que dispõe os seguintes diplomas legais que regem a matéria: Instrução Normativa TCU nº. 63, de 01 de setembro de 2010; Decisão Normativa TCU nº. 119, de 18 de janeiro de 2012; Decisão Normativa TCU nº. 121, de 13 de junho de 2012, e Portaria TCU nº. 150, de 3 de julho de 2012.

Os conteúdos desenvolvidos enfocam: a identificação da unidade jurisdicionada, finalidade e competências, processo de planejamento, controle interno, execução das ações, programação orçamentária e financeira, demonstrativos contábeis, gestão de convênios e congêneres, gestão de pessoas; terceirizações, patrimônio; gestão ambiental e licitações sustentáveis, deliberações dos órgãos de controle interno e externo, e declarações específicas.

Conforme disposto na seção ii, do item 5, do critério B, do Anexo III à Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, abaixo foram listados os itens com os seus conteúdos que não se aplicam à realidade da unidade, bem como as justificativas da não aplicação.

Cumprir destacar que os itens e tópicos referidos abaixo, não serão tratados no desenvolvimento desse Relatório. Assim, só se fará menção do item e do quadro correspondente no corpo desse documento.

ITEM	TÓPICO/QUADRO	JUSTIFICATIVA
1	Tópico 1.4 – Macroprocessos Finalísticos	A sua definição não é de competência da UJ
	Tópico 1.5 – Macroprocessos de Apoio	A sua definição não é de competência da UJ
3	Tópico 3.1 – Estrutura de Governança	Não existe essa estrutura na UJ
4	Tópico 4.1 – Informações Sobre Programa do PPA de Responsabilidade da UJ	As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012-2015, portanto esse tópico não se aplica à UJ
	Tópico 4.2 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	A UJ não é Unidade Orçamentária e não tem UGO Consolidado ou Agregado
	Quadro A.4.2 – Programação de Despesas Correntes	A programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Instituição
	Quadro A.4.3 – Programação de Despesas de Capital	
	Quadro A.4.4 – Resumo da programação de despesas e da Reserva de Contingência	
	Quadro A.4.6 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA
	Quadro A.4.7 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	
5	Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	A UJ não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades
	Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos	

	Exercícios	
	Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	
	Quadro A.5.9 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	Esta conta não é utilizada na UJ desde 2010
	Tópico 5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	A UJ não executa renúncia tributária, vez que a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Instituição
6	Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico	A UJ não tem os tipos de atos descritos
	Quadro A.6.15 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados	Não houve substituição de terceirizados em decorrência da não realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
	Quadro A.6.16 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados	Esta SUEST/RJ não tem conhecimento de autorização para realização de concurso público no âmbito da Funasa
8	Tópico 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação	As ações relativas à área de gestão da Tecnologia da Informação são de responsabilidade da Presidência da Instituição
10	Tópico 10.2 – Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna	A responsabilidade pela atuação da unidade de auditoria interna é da unidade central da Funasa, cabendo às UJ o cumprimento de deliberações emanadas
11	Tópico 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº. 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	A UJ executa todos os seus atos e fatos contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi
	Tópico 11.4 – Parecer da Auditoria Independente	A UJ não sofre auditoria independente
12	Tópico 12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	Não houve quaisquer outras informações relevantes

Embora seja aplicável à natureza da Unidade Jurisdicionada, o quadro A.5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, bem como o quadro A.10.2, não apresentaram ocorrências no exercício.

Como principais realizações da gestão em 2012, destacam-se:

- Realização de 177 visitas técnicas, entre preliminares e de acompanhamento da execução de planos de trabalho de convênios e congêneres.
- Realização de 73 análises técnicas de pendências apontadas pela Divisão, ao longo do ano em tela.
- Expedição e encaminhamento aos entes conveniados, de 39 notificações técnicas, relativas a irregularidades detectadas, quando de supervisões.
- Análise de 80 projetos de engenharia, com vistas a possível celebração de convênios e congêneres.

- Elaboração de 174 relatórios técnicos produzidos, a partir de visitas às obras pactuadas em convênios e congêneres.
- A conclusão de plano de trabalho do convênio celebrado com a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro para a realização de obras, visando a construção de sistema de abastecimento de água nos municípios de Santa Maria Madalena, Sumidouro e Macuco, bem como de sistema de esgotamento sanitário nos municípios de Cordeiro e Macuco.
- Contratação de empresa para elaboração, junto aos municípios, de projetos na área de engenharia, como forma de agilizar a captação de recursos, especialmente aqueles oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento.
- A participação de técnicos da Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp, como instrutores, em eventos de capacitação em engenharia de saúde pública, realizados na Secretaria Estadual de Saúde e na Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.
- Atendimento, com ações de apoio ao controle da qualidade da água, aos municípios da região noroeste do rio de janeiro, atingidos pelas inundações provocadas pela enchente nos rios Pomba e Muriaé – RJ.
- Curso de Tratamento em soluções alternativas e em Sistemas de Abastecimento de Água, objetivando a identificação, avaliação e proposição de soluções técnicas de tratamento de água em soluções alternativas coletivas e de sistemas de abastecimento de água pelos servidores da Funasa, tendo como referência técnica a Portaria MS-2914/2011. O curso foi destinado a 11 servidores das Superintendências Estaduais de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, Espírito Santo, Piauí, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e técnicos do Departamento de Saúde Ambiental da presidência da instituição, além de 01 técnico do serviço autônomo de água e esgoto do município de Casimiro de Abreu-RJ, e 02 estagiários da própria instituição.
- Realização do I Simulado Prático Regional da FUNASA, no município de Bom Jesus de Itabapoana- RJ , para avaliação de procedimentos e recursos no atendimento aos desastres associados às inundações, planejado pelos servidores da URCQA do município de Barra de São João – RJ, e realizado com as URCQA's dos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.
- Exposição da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca(Fundação Oswaldo Cruz), como parte integrante da pré-conferência Rio + 20.
- Coleta de 764 amostras de água nos seguintes municípios do estado do rio de janeiro: Casimiro de Abreu (631), Paraty (7), Mangaratiba (48), Cardoso Moreira (15), Santo Antônio de Pádua (1), Laje do Muriaé (7), Itaperuna (4), Cambuci (4), Italva (3), Bom Jesus de Itabapoana (1), Itaocara (3), Conceição de Macabu (10), São Pedro da Aldeia (6), Mendes (9), Quissamã (4), Rio das Ostras (2), Sapacaia (5), e Valença (4), com a realização de 1510 exames bacteriológicos e 483 exames físico-químicos, num total de 1993 exames realizados.
- Assessoria técnico-pedagógica aos técnicos do Núcleo de Educação em Saúde Ambiental, nos seguintes municípios do estado do rio de janeiro conveniados com a Fundação Nacional de Saúde: Tanguá, Trajano de Moraes, Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Natividade, Miracema, Itaocara, Italva, Varre-

Sai e Belford Roxo, para realização de ações educativas vinculadas às obras do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares.

- Desenvolvimento de ações educativas dentro do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, objetivando a conscientização dos servidores no que diz respeito à mudança de atitudes e hábitos visando o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, incentivando a redução e o aproveitamento de materiais, promovendo, dessa forma o estabelecimento de medidas de economia, como por exemplo, a redução dos gastos institucionais.

- Implantação do Projeto da Coleta Seletiva Solidária, com a colaboração do Instituto Estadual do Ambiente-RJ. Como produto da implantação, destaca-se o esforço coletivo dos servidores, colaboradores e estagiários, no processo de separação dos resíduos secos dos molhados, que são periodicamente recolhidos e destinados à Cooperativa de materiais recicláveis conveniada com a Funasa.

- Adoção da modalidade eletrônica em 85% dos processos licitatórios instaurados, em conformidade com os princípios da transparência e isonomia, e economicidade nos gastos públicos, vez que o valor negociado (R\$ 1.244.098,84), nos pregões representou uma economia de 69% aos cofres públicos, tendo em vista o valor global estimado de gasto (R\$ 1.810.761,63).

- A utilização de ferramentas gerenciais para a gestão dos contratos de terceirização, imprimindo maior eficácia na fiscalização dos serviços contratados, com a consequente redução de despesas dessa natureza.

- A implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho que proporcionou aos servidores lotados na sede da Superintendência, um espaço de maior integração, com mesas, cadeiras, poltronas e televisão para descanso no horário de refeição, além da ginástica laboral e de relaxamento.

Afora o acréscimo de mais uma dificuldade, os demais entraves elencados em 2011, continuaram impactando, de forma desfavorável, a gestão de 2012. Isto por que a UJ não tem governabilidade para resolver as situações descritas abaixo:

- O número reduzido de servidores, especialmente nas áreas finalísticas, motivado principalmente pela não realização de concurso público para a SUEST/RJ nos últimos anos;

- A especificidade da existência no quadro da Superintendência de um grande número de profissionais (5.027) regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;

- A má qualidade técnica de alguns projetos apresentados pelos municípios, para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saneamento ambiental,

- A demora, por parte dos municípios, em reunir a documentação necessária para a obtenção da licença ambiental, obstaculizando o início de obras de saneamento ambiental;

- A utilização de mão de obra terceirizada como forma de complementação do quadro de servidores da Superintendência, necessária para dar andamento às atividades, porém com os prejuízos decorrentes da inexistência de vínculo funcional desses profissionais;

- A ausência de serviços específicos de saneamento no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, dificultando o trabalho de análise comparativa de custos.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: FUNASA (2207)
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação Abreviada: Suest-RJ			
Código SIORG: 2207		Código LOA: 36211	
Código SIAFI: 255019			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			CNPJ: 26989350/0001-16
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:		(21) 3445-0734	(21) 3445-0815
(21) 2263-6149 (FAX)			
Endereço Eletrônico: corerj.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Coelho e Castro, n° 6 – Bairro Saúde – Cep: 20081-060 – Rio de Janeiro, RJ.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Decreto n.º 100, de 16 de abril de 1991. Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003. Decreto n.º 7335, de 19 de outubro de 2010. Portaria n.º 1.305, de 23 de novembro de 2010; Portaria n.º 200, de 14 de março de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não existem, em nível da Superintendência			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não existem, em nível da Superintendência			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica		Não se Aplica	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

De acordo com o Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, do dia 20 de outubro de 2010, à Fundação Nacional de Saúde – Funasa – entidade de promoção e proteção à saúde, compete fomentar soluções de saneamento para a prevenção e controle de doenças, e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. E às suas unidades descentralizadas – Superintendências Estaduais – Suest – cabe coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.

Embora não sendo de sua competência, a UJ ainda mantém em suas dependências, uma unidade pertencente à Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde, propiciando, inclusive, todo o suporte administrativo para que não haja solução de continuidade na prestação dos serviços necessários à saúde dos povos indígenas.

Os objetivos da UJ na área finalística saneamento ambiental, desenvolvidos pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp, unidade integrante da estrutura da Suest, são o de supervisão técnica e administrativa aos convênios e congêneres pactuados com gestores estadual e municipais para a realização de ações que visam a: construção de sistemas e/ou adoção de soluções simplificadas de abastecimento de água, construção de sistemas de esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, implantação de melhorias sanitárias domiciliares, e implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais.

Os objetivos da UJ na área finalística saúde ambiental, desenvolvidos pelo Serviço de Saúde Ambiental – Sesam, unidade integrante da estrutura da Suest, dizem respeito ao apoio às instâncias estaduais e municipais no controle da qualidade da água para consumo humano, e a disseminação, para os municípios-parceiros, de conhecimentos e práticas educativo-organizacionais desenvolvidas pela área de educação em saúde.

Os demais objetivos, por serem de natureza administrativa (desenvolvimento de rotinas), e de estarem vinculados às áreas que dão suporte à UJ, (gestão de pessoas, gestão de convênios e gestão administrativa), não carecem de ser enumerados. De qualquer forma, após terem sido listadas as realizações das áreas finalísticas da UJ, serão destacadas as principais realizações daquelas áreas.

Abaixo, estão elencadas as realizações empreendidas pelas áreas-fim da UJ, no exercício de 2012:

Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp.

- A conclusão dos planos de trabalho dos convênios celebrados com os municípios de Arraial do Cabo e Trajano de Moraes, visando a construção de obras de melhorias sanitárias domiciliares.
- Realização de 177 visitas técnicas, entre preliminares e de acompanhamento da execução de planos de trabalho de convênios e congêneres.
- Realização de 73 análises técnicas de pendências apontadas pela Divisão, ao longo do ano em tela.
- Expedição e encaminhamento aos entes conveniados, de 39 notificações técnicas, relativas a irregularidades detectadas, quando de supervisões.
- Análise de 80 projetos de engenharia, com vistas a possível celebração de convênios e congêneres.

- Elaboração de 174 relatórios técnicos produzidos, a partir de visitas às obras pactuadas em convênios e congêneres.
- A conclusão do plano de trabalho do convênio celebrado com o município de Tanguá para efetivação do sistema de esgotamento sanitário no bairro Chácara do Pinhão.
- A conclusão de plano de trabalho do convênio celebrado com a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro para a realização de obras, visando a construção de sistema de abastecimento de água nos municípios de Santa Maria Madalena, Sumidouro e Macuco, bem como de sistema de esgotamento sanitário nos municípios de Cordeiro e Macuco.
- O trabalho permanente de sensibilização promovido pelos técnicos junto aos municípios conveniados, no sentido de destacar a importância da presença de um engenheiro ou profissional competente, nos quadros municipais, para que o processo de elaboração de projetos de engenharia não venham a impactar, de forma negativa, no desenvolvimento das demais ações;
- Contratação de empresa para elaboração, junto aos municípios, de projetos na área de engenharia, como forma de agilizar a captação de recursos, especialmente aqueles oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento.
- A participação de técnicos da Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp, como instrutores, em eventos de capacitação em engenharia de saúde pública, realizados na Secretaria Estadual de Saúde e na Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.

Apesar da boa atuação dessa área, algumas dificuldades ainda persistiram e impactaram de forma negativa no desenvolvimento de algumas ações constantes do seu plano de trabalho para o ano de 2012. Dentre as principais dificuldades encontradas, pode-se citar: a falta de técnicos da área de engenharia e arquitetura nos quadros das prefeituras, fragilizando os projetos elaborados, que, comumente, apresentam falhas de concepção, e, por consequência, uma demora acentuada no processo de celebração de termos de compromisso. Como forma de superação desse “gargalo”, a Fundação, por meio da sua presidência, elaborou um pedido de contratação de empresa, que pudesse prestar assessoria técnica aos prováveis parceiros (municípios do estado, que atendessem aos critérios técnicos estabelecidos pela Fundação), a fim de dirimir a dificuldade apontada. Assim, ao término do processo licitatório foi efetivada a contratação da empresa vencedora para que a mesma assessorassem então, os municípios potencialmente possíveis de formar parcerias com a Superintendência. Outra dificuldade, que obsta a celeridade que a UJ imprime aos seus processos de trabalho, é a demora, por parte dos municípios, e demais entes interessados em pactuações com a UJ, em reunir a documentação necessária para a aprovação dos seus planos de trabalho – documento que inicia todo o processo que finalizará com o pacto celebrado, e, conseqüentemente o repasse de recursos e o início das obras. A UJ, como forma de superar este obstáculo, tem envidado esforços, no sentido de disponibilizar para os municípios assessoria técnica permanente, no sentido de minimizar o tempo despendido com o processamento das informações necessárias ao pacto laboral. Demais dificuldades, em que a UJ não tem quaisquer graus de governabilidade, não foram aqui tratadas.

Serviço de Saúde Ambiental – Sesam

Ações de Apoio ao Controle da Qualidade da Água

- Atendimento, com ações de apoio ao controle da qualidade da água, aos municípios da região noroeste do rio de janeiro, atingidos pelas inundações provocadas pela enchente nos rios Pomba e Muriaé- RJ.
- Atendimento, com ações relativas ao controle da qualidade da água, ao município de Alfredo Chaves , no estado do espírito santo, após enchente do rio benevente.
- Atendimento, com ações relativas ao controle da qualidade da água, ao município de Mangaratiba, no estado do rio de janeiro, devido a surto de hepatite A.
- Curso de Operação de Estação de Tratamento de Água-ETA, realizado nos municípios de Mendes, Quissamã e Paraty, no estado do rio de janeiro, com o objetivo de treinar servidores/funcionários de Estações de Tratamento de água com ajuste “in loco” do tratamento de água.
- Curso de Tratamento em soluções alternativas e em Sistemas de Abastecimento de Água, objetivando a identificação, avaliação e proposição de soluções técnicas de tratamento de água em soluções alternativas coletivas e de sistemas de abastecimento de água pelos servidores da Funasa, tendo como referência técnica a Portaria MS-2914/2011. O curso foi destinado a 11 servidores das Superintendências Estaduais de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, Espírito Santo, Piauí, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e técnicos do Departamento de Saúde Ambiental da presidência da instituição, além de 01 técnico do serviço autônomo de água e esgoto do município de Casimiro de Abreu-RJ, e 02 estagiários da própria instituição.
- Curso para Operacionalização da Unidade Móvel para o Controle da Qualidade da Água, objetivando a capacitação de técnicos no uso de Unidade Móvel para o Controle da Qualidade da Água, possibilitando a realização de coleta e análise de amostras para rápida solução dos problemas e otimização dos recursos empregados. O evento contou com a participação de 08 servidores da Funasa, 01 representante do Instituto Estadual de Engenharia Ambiental – RJ, e 02 estagiários da própria instituição.
- Curso sobre a elaboração de termo de referência para aquisição de Unidade Móvel de Tratamento de Água, visando instrumentalizar, em curto prazo, a FUNASA com uma capacidade inicial de atendimento de abastecimento de água em situação de emergência e formalizar o termo de referência para aquisição das Unidades Regionais de Controle da Qualidade da Água. O evento contou com a participação de 10 servidores da instituição.
- Realização do I Simulado Prático Regional da FUNASA, no município de Bom Jesus de Itabapoana- RJ , para avaliação de procedimentos e recursos no atendimento aos desastres associados às inundações, planejado pelos servidores da URCQA do município de Barra de São João – RJ, e realizado com as URCQA’s dos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.
- Levantamento de campo, no estado do rio de janeiro, para identificação de antigos locais de armazenamento de praguicidas, conforme disposto no Projeto Remediar.
- Exposição da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca(Fundação Oswaldo Cruz), como parte integrante da pré-conferência Rio + 20.

- Apresentação de trabalho técnico da Unidade Regional de Controle da Qualidade de Água do município de Barra de São João – RJ, sobre atuação em situação de emergência, no I Simpósio de Tecnologias em Engenharia de Saúde Pública, promovido pela presidência da instituição.

- Coleta de 764 amostras de água nos seguintes municípios do estado do rio de janeiro: Casimiro de Abreu (631), Paraty (7), Mangaratiba (48), Cardoso Moreira (15), Santo Antônio de Pádua (1), Laje do Muriaé (7), Itaperuna (4), Cambuci (4), Italva (3), Bom Jesus de Itabapoana (1), Itaocara (3), Conceição de Macabu (10), São Pedro da Aldeia (6), Mendes (9), Quissamã (4), Rio das Ostras (2), Sapacaia (5), e Valença (4), com a realização de 1510 exames bacteriológicos e 483 exames físico-químicos, num total de 1993 exames realizados.

- Coleta de 17 amostras de água em 03 comunidades especiais, localizadas em 03 municípios do estado do rio de janeiro, com a realização de exames físico-químico, bacteriológico e biológico, num total de 102 exames realizados.

Embora as realizações tenham sido expressivas, ainda assim houve alguns problemas na efetivação das ações. Dentre os principais entraves à execução de determinadas ações dessa área, registra-se a falta de um instrumento legal para estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica junto a instituições acadêmicas e entidades ambientais para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saúde ambiental. Como estratégia para a resolução dessa dificuldade, a Presidência da instituição, por meio do seu Departamento de Saúde Ambiental vem atuando no sentido de aproximar as instituições acadêmicas ao objeto de trabalho da Fundação. Assim, dando continuidade a essa política de intercâmbio técnico-científico, já está previsto no plano de ação de 2013, vários encontros com instituições do setor para que se estabeleçam compromissos de trabalho, que visam melhorar a atuação da Funasa, no que diz respeito ao componente saúde ambiental, de acordo com a sua responsabilidade institucional. Outra dificuldade, de suma importância é a falta de um profissional técnico (biólogo) para atuar no laboratório de hidrobiologia da URCQA, tendo em vista que os equipamentos e insumos básicos foram adquiridos. Segundo informações da presidência da instituição, onde a UJ se insere, será realizado concurso público em 2013, e o cargo pretendido será objeto do edital.

Educação em Saúde

- Assessoria técnico-pedagógica aos técnicos do Núcleo de Educação em Saúde Ambiental, nos seguintes municípios do estado do rio de janeiro conveniados com a Fundação Nacional de Saúde: Tanguá, Trajano de Moraes, Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Natividade, Miracema, Itaocara, Italva, Varre-Sai e Belford Roxo, para realização de ações educativas vinculadas às obras do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares.

- Desenvolvimento de ações educativas dentro do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, objetivando a conscientização dos servidores no que diz respeito à mudança de atitudes e hábitos visando o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, incentivando a redução e o aproveitamento de materiais, promovendo, dessa forma o estabelecimento de medidas de economia, como por exemplo, a redução dos gastos institucionais.

- Implantação da Coleta Seletiva Solidária, com a colaboração do Instituto Estadual do Ambiente-RJ. Como produto da implantação, destaca-se o esforço coletivo dos servidores, colaboradores e estagiários, no processo de separação dos resíduos secos dos molhados, que são periodicamente recolhidos e destinados à Cooperativa de materiais recicláveis conveniada com a Funasa.

De uma maneira geral, as ações de educação em saúde programadas para o ano de 2012 foram alcançadas. Dentre as principais dificuldades que se apresentaram ao longo do ano, pode-se citar: o número insuficiente de profissionais com perfil técnico adequado para dar conta das demandas cada vez mais crescentes. Para tentar dirimir esse problema, a Suest-RJ vem mantendo contato com as demais Superintendências, no sentido de mapear possibilidades de movimentação de pessoal entre UJ. Outro fator, que interfere de maneira fundamental no desenvolvimento das ações, mas que foge à governabilidade da Suest, é a descontinuidade dessas ações nos municípios, provocada pela alta rotatividade dos técnicos localizados nos núcleos de educação em saúde. Para tentar minimizar essa situação, o corpo técnico da Suest adotou como estratégia o apoio constante aos novos técnicos que adentram aos núcleos municipais de educação em saúde.

Principais realizações das áreas-meio:

Gestão Administrativa

- Adoção da modalidade eletrônica em 85% dos processos licitatórios instaurados, em conformidade com os princípios da transparência e isonomia, e economicidade nos gastos públicos, vez que o valor negociado (R\$ 1.244.098,84), nos pregões representou uma economia de 69% aos cofres públicos, tendo em vista o valor global estimado de gasto (R\$ 1.810.761,63).
- Adoção de medidas saneadoras e econômicas com a doação de bens inservíveis, obsoletos e antieconômicos e organização do arquivo permanente, que possibilitou a desocupação de um imóvel, gerando, com isso, uma economia com os gastos em custeios.
- A utilização de ferramentas gerenciais para a gestão dos contratos de terceirização, imprimindo maior eficácia na fiscalização dos serviços contratados, com a 17onsequente redução de despesas dessa natureza.

Gestão de Pessoas

- O esforço empreendido pela equipe de trabalho responsável pela realização dos cálculos para pagamento de progressão funcional, devida, conforme instrução interna, a cerca de 5.096 empregados públicos, o que gerou 24 lançamentos, por empregado, no módulo para pagamentos de exercícios anteriores no Sistema de Administração de Pessoal do Governo Federal – Siape.
- A implantação de ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho proporcionando aos servidores lotados na sede da Superintendência, um espaço de maior integração, com mesas, cadeiras, poltronas e televisão para descanso no horário de refeição, além da ginástica laboral e de relaxamento.

As ações administrativas tiveram um bom desempenho no ano de 2012. Os percalços ainda são relativos a alguns atrasos no repasse de recursos, por conta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, impactando, de forma negativa na celeridade que se quer imprimir ao desenvolvimento de algumas atividades.

Gestão de Convênios

- Diminuição substancial do número de instrumentos com pendências para a finalização da prestação de contas.

Em linhas gerais, os conteúdos a serem abordados nos tópicos seguintes do presente relatório dizem respeito à: estrutura organizacional da unidade jurisdicionada com descrições sucintas das suas competências; principais processos finalísticos; processos de apoio essenciais para o funcionamento da UJ; parcerias; processo de planejamento; avaliação dos controles internos; sistema de correição; informação sobre ações de responsabilidade da UJ, com as correspondentes análises críticas; informações sobre a execução orçamentária e financeira da despesa, com as correspondentes análises críticas; alguns tópicos especiais da execução orçamentária e financeira, com as respectivas análises críticas; gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, com as competentes análises críticas; gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, e a18conseqüente análise crítica; gestão ambiental e licitações sustentáveis; deliberações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União atendidas no exercício, e, que permanecem pendentes de atendimento no exercício; informação sobre a atuação da unidade de auditoria interna; declaração de bens e rendas estabelecida na Lei n.º. 8.730/93, e análise crítica; declaração do SIASG e SICONV; informação sobre depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos; e declaração sobre demonstrações contábeis.

1.3. Organograma Funcional

Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi elaborada a proposta do Regimento Interno da Funasa, e encaminhada para o Ministério da Saúde (MS) para aprovação.

O referido regimento foi encaminhado por meio do Ofício 123 / Gabinete PR / Presi / Funasa de 09 de maio de 2012, reiterado pelo Ofício / Gabinete PR / Presi / Funasa de 14 de fevereiro de 2013, e até o momento esta aprovação não foi efetivada.

Como o decreto referido acima alterou a estrutura vigente, e a nova proposta ainda não foi aprovada, a Funasa optou pela descrição das competências baseadas na proposta do novo regimento interno, por ser o instrumento baseado na legislação vigente.

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DA FUNASA, BASEADA NO DEC. 7.335 – DE 19/10/2010.

SEÇÃO IV Das Unidades Descentralizadas

Art. 84. Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Fundação Nacional de Saúde, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 85. À Divisão de Engenharia de Saúde Pública das Superintendências Estaduais compete:

I – coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Superintendência Estadual;

II – prestar apoio técnico à programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III – apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV – analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V – acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Fundação Nacional de Saúde.

Art. 86. À Seção de Análise de Projetos compete:

- I – analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem assim os relativos a obras nas edificações de uso da Fundação Nacional de Saúde;
- II – analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e
- III – prestar cooperação técnica.

Art. 87. À Seção de Acompanhamento e Avaliação compete:

- I – acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Fundação Nacional de Saúde; e
- II – acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas.

Art. 88. À Divisão de Administração das Superintendências Estaduais competem planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 89. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

- I – executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;
- II – programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Superintendência Estadual;
- III – executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV – promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual;
- V – elaborar, mensalmente a programação financeira;
- VI – proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VII – promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Superintendência Estadual;
- VIII – manter adimplência da Fundação Nacional de Saúde junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e
- IX – executar outras atividades determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 90. Ao Setor Orçamentário e Financeiro compete:

- I – executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;
- II – manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;
- III – executar as atividades de registro de conformidade documental;
- IV – promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual;
- V – proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e

VI – executar outras atividades determinadas pelo chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 91. À Seção de Recursos Logísticos compete:

- I – executar as atividades de apoio administrativo;
- II – controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;
- III – proceder à análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;
- IV – acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Superintendência; e
- V – elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 92. Ao Setor de Comunicação compete:

- I – executar as atividades relacionadas ao recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivos; e
- II – proceder à análise, avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 93. Ao Setor de Material compete:

- I – executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II – executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III – manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 94. Ao Setor de Transportes compete:

- I – supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;
- II – acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
- III – acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 95. Ao Setor de Patrimônio compete:

- I – executar as atividades de administração patrimonial;
- II – propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
- III – manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
- IV – elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. Ao Serviço de Recursos Humanos das Superintendências Estaduais compete:

I – planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da Fundação Nacional de Saúde;

II – supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;

III – proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV – disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V – propor à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e

VI – promover, executar e monitorar as ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central:

- a) perícia médica;
- b) promoção e vigilância à saúde; e
- c) assistência a saúde suplementar.

Art. 97. Ao Setor de Cadastro e Pagamento compete:

I – acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

II – elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;

III – executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

IV – promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Fundação Nacional de Saúde, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;

V – atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI – supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 98. Ao Setor de Capacitação compete:

I – acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II – elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III – elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Fundação Nacional de Saúde; e

IV – propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 99. Ao Serviço de Convênios compete:

I – auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II – repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III – coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV – planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V – executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela Unidade Central.

Art. 100. Ao Setor de Habilitação e Celebração compete:

I – coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II – solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Fundação ou a órgãos externos;

III – encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV – controlar à tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V – executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Ao Setor de Prestação de Contas compete:

I – elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II – prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III – controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV – realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V – analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI – atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII – submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII – controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX – informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Fundação Nacional de Saúde, bem como os resultados de suas análises;

X – propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

- XI – coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e
- XII – executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios

Art. 102. Ao Serviço de Saúde Ambiental compete:

- I – coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Departamento de Saúde Ambiental;
- II – monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por estados e municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;
- III – executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- IV – coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;
- V – coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e
- VI – coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 103. À Seção de Educação em Saúde Ambiental compete:

- I – executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;
- II – analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;
- III – apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e
- IV – atuar de forma integrada com os demais setores da Superintendência Estadual nas ações de sua abrangência.

O Organograma encontra-se na parte deste documento intitulada: Anexo.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

1.5. Macroprocessos de Apoio

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

1.6. Principais Parceiros

Em nível interno, a Unidade Jurisdicionada, sendo uma estrutura descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, no estado do rio de janeiro, mantém um canal constante de interação técnica com as demais áreas integrantes da sua estrutura central.

Em nível externo, a Unidade Jurisdicionada fez parcerias eventuais, notadamente para o desenvolvimento de ações para enfrentamento de situações de desastres naturais, com os órgãos e entidades que atuam na área de saúde ambiental.

Assim, podem ser citadas as parcerias com Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Secretarias do Meio Ambiente, Secretarias de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Em que pese, o processo de planejamento não se iniciar no nível regional, abaixo encontram-se registrados os movimentos que antecederam o seu desdobramento para as estâncias estaduais da instituição.

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Inicialmente, cabe esclarecer que a definição de objetivos estratégicos é de competência do nível central da instituição. Convém destacar que os objetivos mencionados no tópico 1.2, não devem ser confundidos com objetivos estratégicos, vez que são construções das áreas finalísticas da UJ, para localizar técnica e espacialmente os compromissos de execução assumidos, enquanto unidade descentralizada.

Não é demais lembrar que a Superintendência atua apenas no nível de execução de ações, por meio de planos de trabalho que refletem, de forma sintética, os compromissos que deverão ser efetivados durante o exercício.

Assim, as estratégias, que aqui serão descritas, são relativas à execução das ações constantes do plano referido anteriormente, e serão elencadas, por área de atuação da UJ.

As estratégias utilizadas pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp, foram: visitas preliminares para análise de projetos apresentados passíveis de se transformarem em convênios ou congêneres; visitas de acompanhamento dos planos de trabalho integrantes dos instrumentos pactuados; e utilização de correspondência para encaminhamento de notificações de irregularidades, bem como de solicitações e/ou informações aos entes conveniados.

No que respeita ao Serviço de Saúde Ambiental – Sesam, as estratégias utilizadas para fazer face ao cumprimento das ações de apoio ao controle da qualidade da água, foram: capacitação de pessoal técnico interno e externo para desempenhar, com segurança, as suas funções, dentro do seu espaço laboral; formação de multiplicadores, como forma de suprir a grande demanda existente no setor; e disseminação de práticas de trabalho, quando da oportunidade de espaços construídos para esse fim. Com relação às ações de educação em saúde ambiental, as estratégias apontaram no sentido de criar oportunidades para a disseminação de práticas educativas, nas diversas comunidades trabalhadas, bem como fomentar a criação de núcleos municipais de educação em saúde ambiental, como espaço institucional e de consolidação dessas ações naquelas instâncias.

As estratégias utilizadas pela área de gestão de pessoas foram baseadas na legislação que rege a atividade. Assim, não há como implementar quaisquer outras formas de condução, ou meios de atuação, que não sejam aqueles direcionados para o cumprimento do que está disposto nos diplomas legais. O que pode ser destacado, com relação à forma de condução dos processos dessa área, é a celeridade que o setor imprime ao cumprimento das suas responsabilidades.

As estratégias utilizadas pela área de gestão administrativa, a exemplo da área de recursos humanos, guardaram relação com a legislação vigente. No entanto, cabe ressaltar que desde o exercício anterior, a área vem desenvolvendo uma política de contenção de gastos, ainda que não tenha aderido formalmente aos programas do gasto eficiente e de conservação de energia elétrica, que integram o PES – Projeto Esplanada Sustentável. Como estratégias adotadas, dentro dessa política, podem ser citadas: redução do tempo de funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado; otimização do uso do copo descartável; impressão de documentos internos em frente e verso; redução de cópias coloridas, substituição de reatores e disjuntores obsoletos; substituição de calhas de iluminação; troca de fios que oferecem perigo às instalações elétricas; e substituição de lâmpadas consideradas antieconômicas.

As estratégias utilizadas pela área de gestão de convênios obedeceram ao rito legal, e, também foram expressas pelas correspondências emitidas aos entes conveniados solicitando ou atendendo demandas oriundas dos processos de instrução documental para a possível celebração de instrumentos pactuais, e/ou análise e aprovação de prestações de contas.

Como fatores que limitaram a atuação da Superintendência, com relação às estratégias de atuação estabelecidas, mereceram destaque, as seguintes variáveis externas e internas:

A falta de vontade política da parte de alguns entes conveniados em implantar e/ou implementar medidas complementares aos documentos pactuados, preconizadas pela Suest, como necessárias para alavancar o movimento de transformação da realidade das populações, a serem

beneficiadas com algum tipo de melhoria, produto dos instrumentos de repasse de recursos celebrados.

A descontinuidade administrativa dos quadros dos gestores municipais, implicando em repactuações de afirmações de compromissos assumidos pela gestão anterior.

A precariedade técnica e /ou a inexistência da área de elaboração de projetos de engenharia, em grande parte das prefeituras municipais do estado.

A insuficiência de recursos humanos nas áreas técnicas da Superintendência, provocando uma sobrecarga de trabalho, com um elevado nível de estresse profissional.

Como medidas para mitigar as dificuldades apontadas acima, dentro da sua competência institucional e, amparada no princípio da legalidade, a Suest implementou contatos com os gestores resistentes para que fossem melhor compreendidas, e assim internalizadas, as suas recomendações sobre adoção das medidas necessárias para que as ações pactuadas alcançassem a efetividade desejada. Contratou, a partir de processo licitatório, empresa para elaboração de projetos de engenharia, concorrendo para a diminuição de projetos apresentados com pendências técnicas; e promoveu esforços, junto à presidência da instituição para que fossem levadas ao Ministério da Saúde, enquanto órgão setorial de planejamento, planilhas demonstrativas da necessidade de pessoal, por área de atuação.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão – que auxiliam no processo de monitoramento – e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2012, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por conseqüência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

Os resultados alcançados na execução do plano de Ações da Superintendência em 2012, encontram-se listados abaixo, independentemente da área responsável pelo produto ou oferta.

Cumprir destacar, porém, que todos os resultados das áreas fim, de forma direta ou indireta, tiveram como guia orientador as premissas em que se baseia o “negócio” desenvolvido pela Superintendência Estadual – unidade representante da Fundação Nacional de Saúde no estado-, que é o de ser um dos agentes, dentro do cenário da promoção da saúde pública do estado, viabilizadores de apoio técnico/financeiro aos gestores e demais órgãos afins, em que nível de atuação se encontrem, para que possam desenvolver com qualidade técnica ações de saneamento e saúde ambiental, que possibilitem a inclusão social de parcelas da população desassistidas por esses tipos de serviços.

Cabe esclarecer que as ações elencadas para o exercício tiveram algum movimento de execução, portanto não houve inexecução de ação.

- Melhorias Sanitárias Domiciliares concluídas nos municípios de Arraial do Cabo e Trajano de Moraes – RJ, fruto da parceria entre a Funasa e os gestores municipais.
- Visitas de acompanhamento técnico, com um maior grau de efetividade, com a adoção de procedimentos que imprimiram maior celeridade na resolução de pendências apontadas. (intensificação das cobranças das pendências apontadas; retorno ao município,

em intervalos de tempo menores do que o usual para dirimir dúvidas quanto à execução do plano de trabalho; resposta imediata a questões técnicas encaminhadas por meio eletrônico etc).

- Sistema de Esgotamento Sanitário efetivado no bairro Chácara do Pinhão, no município de Tanguá – RJ, como resultado da parceria entre a Funasa e o governo municipal.

- Sistema de Abastecimento de Água finalizado nos municípios de Santa Maria Madalena, Sumidouro e Macuco – RJ, objeto da parceria entre a Funasa e a Secretaria de Obras do estado do rio de janeiro.

- Sistema de Esgotamento Sanitário concluído nos municípios de Cordeiro e Macuco – RJ, como resultado da parceria entre a Funasa e a Secretaria de Obras do estado do rio de janeiro.

- Reconhecimento, pelas instituições de ensino do estado, da capacidade técnica acumulada pelos profissionais que atuam na área de engenharia de saúde pública da unidade jurisdicionada, comprovado pelo número de demandas dessa natureza.

- Municípios da região noroeste do estado, em situação de calamidade, disponibilizando água de boa qualidade à população, viabilizada após apoio técnico efetivo da unidade jurisdicionada.

- Município de Alfredo Chaves, situado no estado do espírito santo, em situação de calamidade, ofertando à população água de boa qualidade, após cooperação técnica da unidade jurisdicionada.

- Município de Mangaratiba – RJ, após surto de hepatite B, ofertando água de boa qualidade à população, possibilitada pelo apoio técnico da unidade jurisdicionada.

- 63 técnicos das 3 esferas de governo, capacitados para desenvolverem ações relativas ao controle da qualidade da água.

- Equipes das Unidades Regionais de Controle da Qualidade dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais aptas para atuarem em atendimento aos desastres associados às inundações, após realização de simulado prático de avaliação de procedimentos e recursos.

- Mapeamento de áreas passíveis de contaminação por praguicidas efetuado.

- 18 Municípios do estado do rio de janeiro, com amostras de água coletadas para exames bacteriológicos e físico-químicos, com vistas a garantir os padrões técnicos de potabilidade exigidos para o consumo humano.

- 03 comunidades especiais localizadas em 03 municípios do estado, com amostras de água coletadas para exames físico-químicos, bacteriológicos e biológicos, na perspectiva de garantir os padrões técnicos de potabilidade exigidos para o consumo humano.

- 12 núcleos municipais de educação em saúde ambiental assessorados técnica e pedagogicamente para reproduzir a capacitação recebida para o público alvo das melhorias realizadas, pelo município em parceria com o governo federal, e que dizem

respeito às ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares.

- Corpo funcional da unidade jurisdicionada conscientizado da importância da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, bem como da adoção do princípio da economicidade na utilização dos bens públicos.

- A unidade jurisdicionada com o programa de coleta seletiva solidária implantado formalmente, por ato constitutivo de adesão.

- Contratos de terceirização fiscalizados de forma eficiente e eficaz, buscando garantir a excelência dos serviços pactuados.

- A unidade jurisdicionada, em observância aos princípios da transparência, isonomia e economicidade nos gastos públicos, adotando práticas de licitação que 32ons maior celeridade aos processos de aquisição de bens, e demais itens necessários à consecução dos planos de trabalho das unidades integrantes da sua estrutura.

- A unidade jurisdicionada com ações do programa de qualidade de vida no trabalho implantadas.

2.4. Indicadores

Engenharia de Saúde Pública

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador
Percentual de Relatório de Acompanhamento de obra	Identificar o estágio de execução da obra	$\frac{\text{Número de Relatório R2} + \text{R3}}{\text{Número de Relatório R1}} \times 100$	Eficiência	Sigob	Relatório mensal extraído do Sigob	Densp	Alcançar 100% de Análise de Relatórios de Execução de Obra.

Memória de cálculo:

$$\text{APERIBÉ: } \frac{4}{1} \times 100 = 400\% *$$

$$\text{ITAOCARA: } \frac{2}{1} \times 100 = 200\% *$$

$$\text{PORTO REAL: } \frac{3}{1} \times 100 = 300\% *$$

*Os resultados demonstram a efetividade das ações de acompanhamento desenvolvidas pela área técnica (Divisão de Engenharia), expressa em um número considerável de relatórios produzidos, por conta de variadas demandas ao município.

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

A expressão matemática traduz em seu denominador as informações sobre execução, em forma de relatório (R1), que são prestadas pelo ente convenente, normalmente via Sigob – Sistema Integrado de Gerenciamento de Obras, após início da execução do plano de trabalho constante do instrumento pactuado com a unidade jurisdicionada. O numerador contempla os relatórios expedidos pela área técnica da UJ (R2), após verificação da exatidão das informações constantes no relatório do ente convenente, acrescido do relatório correspondente à visita técnica de acompanhamento da execução do plano de trabalho pactuado (R3). Os relatórios R2 e R3 são preenchidos pela área técnica da unidade, e o R1, pelo convenente.

Utilidade:

O indicador demonstra a efetividade das ações de acompanhamento de obras e/ou melhorias, por meio de relatórios de execução, para que as intervenções técnicas apontadas sejam procedidas, em menor lapso de tempo, a fim de que o objeto pactuado seja alcançado dentro do cronograma estabelecido.

Mensurabilidade:

O acompanhamento do objeto dos instrumentos de repasse de recursos relativos a ações de saneamento ambiental se dá por meio de visitas técnicas, e pela troca de informações entre a UJ e seus convenentes. Esses procedimentos são descritos em relatórios, portanto, sendo perfeitamente possível a sua medição. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC – Período - 2007 a 2010.	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de SAA em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC* Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de efetividade na execução das obras pactuadas.

Memória de cálculo:

$$\frac{11}{16} \times 100 = 68,75\%$$

16

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O numerador expressa os termos de compromisso celebrados com diversas instituições e que estejam em execução ou já concluídos, e que dizem respeito à obras de abastecimento de água com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC. O denominador, por sua vez, reflete os termos de compromissos celebrados, e que continuam vigentes.

Utilidade:

Identificar o status de execução das obras relativas a sistemas de abastecimento de água financiadas com recursos do PAC, no período de 2007 a 2010.

Mensurabilidade:

Como se trata de extração de dados nos sistemas disponíveis na própria instituição, a sua mensurabilidade atende aos critérios de economicidade e de fácil auditabilidade externa. Com relação à complexidade, também não apresenta qualquer óbice tendo em vista que a extração dos dados pode ser feita de forma linear, sem a necessidade de cruzamento de dados ou a utilização de quaisquer sistemas fora do âmbito da instituição.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do indicador
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC – Período - 2007 a 2010.	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de ES em } \underline{\text{execução/concluídas}} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}}$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de efetividade na execução das obras pactuadas

Memória de calculo:

$$\frac{7}{13} \times 100 = 53,85\%$$

13

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O numerador expressa os termos de compromisso celebrados com diversas instituições, que estejam em execução ou concluídos, relativos à construção de obras de esgotamento sanitário com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC. O denominador, por sua vez, reflete os termos de compromissos celebrados, e que continuam vigentes.

Utilidade:

Identificar o status de execução das obras de esgotamento sanitário financiadas com recursos do PAC, no período de 2007 a 2010.

Mensurabilidade:

Como se trata de extração de dados nos sistemas disponíveis na própria instituição, a sua mensurabilidade atende aos critérios de economicidade e de fácil auditabilidade externa. Com relação à complexidade, também não apresenta qualquer óbice tendo em vista que a extração dos dados pode ser feita de forma linear, sem a necessidade de cruzamento de dados ou a utilização de quaisquer sistemas fora do âmbito da instituição.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC I.	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantadas}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% dos municípios programados

Memória de cálculo:

$$\frac{663}{910} \times 100 = 72,86\%$$

910

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O numerador expressa os domicílios que receberam melhorias sanitárias, com recursos do PAC – I, por meio de convênios. O denominador reproduz a previsão dos domicílios programados.

Utilidade:

Mapear os domicílios com melhorias sanitárias domiciliares implantadas com recursos do PAC – I.

Mensurabilidade:

Como se trata de extração de dados nos sistemas disponíveis na própria instituição, a sua mensurabilidade atende aos critérios de economicidade e de fácil auditabilidade externa. Com relação à complexidade, também não apresenta qualquer óbice tendo em vista que a extração dos dados pode ser feita de forma linear, sem a necessidade de cruzamento de dados ou a utilização de quaisquer sistemas fora do âmbito da instituição.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC II.	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Tc com obras de MSD em execução/concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de Tc celebrados}} \times 100$	Eficácia	Balanço do PAC I Sigesan, Siscon SUESTs	Relatórios do Sigesan; Informações das Divisões de Engenharia das SUESTs	Densp SUESTs	Alcançar 100% de efetividade na execução das melhorias pactuadas

Memória de cálculo:

$$\frac{141}{708} \times 100 = 19,92\%$$

708

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O numerador evidencia os termos de compromisso com diversas instituições para execução ou conclusão de obras de melhorias sanitárias domiciliares financiadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – II. O denominador traduz os termos de compromisso celebrados.

Utilidade:

Identificar os instrumentos celebrados com diversos parceiros visando o financiamento de obras de melhorias sanitárias domiciliares.

Mensurabilidade:

Como se trata de extração de dados nos sistemas disponíveis na própria instituição, a sua mensurabilidade atende aos critérios de economicidade e de fácil auditabilidade externa. Com relação à complexidade, também não apresenta qualquer óbice tendo em vista que a extração dos dados pode ser feita de forma linear, sem a necessidade de cruzamento de dados ou a utilização de quaisquer sistemas fora do âmbito da instituição.

Saúde Ambiental

Apoio ao Controle da Qualidade da Água

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água.	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades dos URCQA/SESAM.	Cocag/Desam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.

Memória de cálculo:

$$\frac{3}{35} \times 100 = 8,57\%*$$

35

*O baixo percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle de Qualidade de Água foi devido ao cancelamento do Curso de Ações de Saneamento em Situação de Emergência realizado em 2011 e que tinha sido planejado em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro para dar continuidade no exercício de 2012, por conseguinte acarretou uma grande redução de municípios programados para esta ação.

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O denominador desse indicador tem como base a programação feita pela área competente sobre os municípios que demandam ações de capacitação para a UJ. No numerador estão contemplados os municípios que efetivamente tiveram as suas demandas atendidas.

Utilidade:

Conhecer a quantidade de municípios com técnicos capazes de exercer o seu papel dentro das normativas técnicas que regem o desenvolvimento das suas ações, na perspectiva de que sejam também elementos multiplicadores, em apoio a unidade jurisdicionada, para que se possa dar cumprimento à demanda reprimida, caso haja.

Mensurabilidade:

O indicador foi construído com base em dados de sistemas oficiais, bem como de relatórios produzidos pela própria área técnica. Assim, não há qualquer óbice quanto a sua mensuração. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Número de municípios com <u>análises realizadas</u> x100 Número de municípios previstos	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/ Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	100% municípios programados com amostras de água analisadas.

Memória de cálculo:

$$\frac{16}{28} \times 100 = 57,14\% *$$

07

*O alto percentual de municípios com amostras analisadas foi devido à demanda para atender as situações emergenciais, principalmente nos municípios da Região Noroeste Fluminense.

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O denominador do indicador é baseado na programação elaborada pela área técnica, com relação aos municípios que demandam análises em suas amostras de água. O numerador expressa os municípios que efetivamente tiveram as suas amostras analisadas.

Utilidade:

Efetivar o apoio ao controle da qualidade da água, cooperando, em última instância, com os municípios demandantes para que o governo municipal possa ofertar à sua população, água de boa qualidade, ou seja, dentro dos padrões técnicos de potabilidade.

Mensurabilidade:

Os dados em que se baseia o indicador permite que se declare que a sua mensuração é possível, haja vista, que os fenômenos são oriundos de relatos registrados pelas áreas que atuam nesse contexto. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.

Memória de cálculo:

$$102 \times 100 = 170 \%*$$

60

*Em relação aos exames realizados para verificação da qualidade da água em comunidades especiais, justifica-se este alto percentual, pois uma comunidade a mais gera no mínimo mais 05 (cinco) amostras de águas coletadas e em cada amostra um mínimo de 06 (exames ou parâmetros analisados).

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O denominador do indicador é baseado na programação elaborada pela área técnica, e diz respeito aos exames de amostras de água de comunidades especiais. O numerador expressa os exames efetivamente realizados.

Utilidade:

Verificar o padrão de potabilidade das comunidades especiais atendidas com esse tipo de ação pela unidade jurisdicionada, para propor e/ou implementar medidas de intervenção da realidade encontrada.

Mensurabilidade:

Sendo os fatos observados e registrados em relatórios, pode-se afirmar que o indicador é perfeitamente adequado. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Educação em Saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Coesa/Desam	Atender 100% (73) comunidades especiais com ações em saúde ambiental.

Memória de cálculo:

$$01 \times 100 = 100 \%$$

01

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

A expressão matemática reflete em seu denominador a programação efetuada pela área técnica com relação às comunidades especiais (quilombolas), que se pretende trabalhar ao longo do ano, e no seu numerador as comunidades efetivamente trabalhadas, no ano.

Utilidade:

O indicador possibilita conhecer dentre as comunidades programadas, aquelas que tiveram acesso a algum tipo de ação desenvolvida pela área técnica. A agregação de mais dados de realidade a esse indicador permitirá, entre outras medidas, o redirecionamento de ações, bem como a revisão do programa de trabalho.

Mensurabilidade:

Considerando que o indicador foi formulado com base em documentos, cuja produção pertine à área técnica, portanto independente de quaisquer outros atores ou situações, afirma-se que ele é possível de ser mensurado. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Gestão de Convênios

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de Instrumento com instrução para liberação de recursos.	Aferir a capacidade de instrução de instrumentos para liberação de recursos	$\frac{\text{Número de Instrumentos instruídos para pagamento}}{\text{Número total de relatórios de obras Aprovados}} \times 100$	Eficiência	Siscon Sigob Sigesan Siconv	Relatório mensal extraído do siscon, sigob, sigesan e siconv	Cgcon/Deadm	Alcançar 100% de instrução de instrumentos

Memória de cálculo:

PAC: $\frac{18}{100} \times 100 = 100\%$

18

CONVÊNIO: $\frac{19}{100} \times 100 = 100\%$

19

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O denominador expressa os relatórios de obras aprovados pela área técnica competente, que possibilitam a instrução de instrumentos (convênios e congêneres), para o conseqüente repasse de recursos. O numerador reproduz, então, os instrumentos de repasse que são instruídos para pagamento, pela área administrativa.

Utilidade:

Dar visibilidade à dinâmica do desenvolvimento dos processos instruídos pela área administrativa para pagamento, tendo em vista a necessidade de previsão de gastos dessa ordem, nas planilhas apresentadas ao Ministério da Saúde, para fins de desembolso, bem como demonstrar, de forma indireta, o grau de celeridade em que são realizados os procedimentos, desde a entrada do processo na área administrativa, oriundo da área técnica responsável pela aprovação do relatório, até a sua instrução para pagamento.

Mensurabilidade:

Como o indicador se baseia em fatos concretos, e de fácil constatação, vez que a sua produção se dá, no âmbito da própria instituição, considera-se de boa mensurabilidade. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de conclusão de análise de prestação de contas	Aferir a capacidade de análise de prestação de contas	$\frac{\text{Número de prestação de contas analisadas e concluídas}}{\text{Número de prestação de contas que deram entrada}} \times 100$	Eficiência	Siafi	Relatório mensal extraído do Siafi	Cgcon/Deadm	Alcançar 100% de análise de prestação de contas

Memória de cálculo:

$$\frac{22}{22} \times 100 = 100\%$$

22

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O denominador expressa os processos de prestação de contas recebidos na unidade jurisdicionada para análise e conclusão. O numerador, por sua vez, reflete os processos que foram analisados e concluídos.

Utilidade:

Conhecer a capacidade da equipe da área competente em analisar e concluir os processos de prestação de contas de instrumentos de repasse, em fase de encerramento.

Mensurabilidade:

Os fatos produzidos são passíveis de serem consultados e extraídos, sempre que necessários, vez que todos os procedimentos são registrados no Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – Siafi. Cumpre salientar que na definição do indicador foi considerada a conjugação de 3 fatores primordiais, explicitados adiante, para que o indicador fosse considerado de boa mensurabilidade: baixa complexidade, passível de ser auditado por terceiros, e economicidade.

Gestão de Pessoas

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador
Percentual de servidores capacitados	Medir o número de servidores capacitados em relação a Força de Trabalho	$\frac{\text{Números de servidores capacitados}}{\text{Força de Trabalho}} \times 100$	Eficiência	Planilha Coder/Cgerh/Siape/ DW	Consulta planilha Coder/Cgerh Extração Siapenet	Coder/Cgerh/ Deadm	Capacitar 100% dos servidores elencados no Plano de Capacitação Anual.

Indicador – Percentual de Servidores Capacitados

$$\frac{78}{110} \times 100 = 70,90 \%$$

110

Explicações sucintas sobre fórmula de cálculo utilizado e mensurabilidade dos indicadores.

Fórmula de Cálculo:

O numerador expressa os servidores que foram capacitados no exercício em referência. O denominador reflete a força de trabalho passível de capacitação.

Utilidade:

Identificar a quantidade de servidores capacitados no exercício.

Mensurabilidade:

Em que pese a extração dos dados depender de documentos internos e sistemas externos, a sua mensurabilidade pode ser considerada como boa, vez que atende aos fatores de economicidade(não há realização de gastos extras para a obtenção dos dados), complexidade(não há necessidade de utilização de outras fontes para obtenção dos dados), fácil auditoria por terceiros (a documentação interna pode ser consultada, sempre que necessária e o sistema de apoio é institucionalizado pelo governo federal).

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, O QUADRO FOI COLOCADO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

3.4. Sistema de Correição

A UJ possui servidores capacitados para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial e que existe suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa. Contudo ao longo do 2º semestre de 2012 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correcionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº.229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos da Funasa.

Os principais resultados de 2012 destacam-se: **1º**- Padronização dos atos de julgamentos das atividades correcionais instauradas, como efeito da centralização do julgamento pelo presidente da Funasa (art. 3º da Portaria nº. 229/2012); **2º**- Maior controle na instauração da atividade correcional na indicação preliminar pela Corregedoria da atividade mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Atualização dos normativos e implementação dos procedimentos correcionais no âmbito da Fundação, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correcionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGUA.

No ano em tela, foram instauradas 9 sindicâncias, sendo 5 encerradas e 4 concluídas. Todas as concluídas já foram encaminhadas para as unidades respectivas, com a finalidade da emissão de parecer, procedimento necessário para o encerramento, e posterior arquivamento do processo.

No que diz respeito aos processos administrativos, todos os 3 instaurados em 2012 foram encerrados.

Finalizando, conclui-se que os processos de correção efetivados em 2012, pela UJ (9 sindicâncias e 3 processos administrativos disciplinares), foram conduzidos com um alto grau de eficiência, de vez que a maior parte deles foi encerrada, com um mínimo de desgaste emocional dos servidores envolvidos, e, sobretudo, fortalecendo e preservando os valores éticos da instituição.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos disciplinares e investigativos estão sendo cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa, na sede da presidência da Fundação em Brasília/DF. Atualmente, estão registrados no sistema CGU-PAD todos os processos instaurados no período do ano de 2010 até o ano de 2012.

Todavia os processos dos anos de 2006 até 2009 serão registrados pela UJ, após a regulamentação e capacitação do(s) servidor(es) identificado(s) para acompanhar o registro no Estado, enfatiza-se que essa capacitação relativa ao sistema informativo CGU-PAD ocorrerá sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que oportunizará quando autorizada pela presidência do órgão. Contudo, as atividades correicionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma legal.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, O QUADRO FOI COLOCADO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

A UJ NÃO É UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E NÃO TEM UGO CONSOLIDADA OU AGREGADA.

4.2.2. Programação de Despesas

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.5 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	255000	255019	09272008901810001	245.111		
				10365211520100001			253
				10122211520Q80001			204.204
				10122211520000001			5.765.016
				10126211568810001			371.527
				10128211545720001			48.594
				10305201520T60001			9.399
				10541206869080001			11.973
				10122211520TP0001	172.423		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	255000	255019	10122211520000001	47.962		
				10512206820AF0001	357.200		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	5.886.531	6.615.041	5.108.193	6.101.232
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	589.717	365.930	540.717	336.182
h) Inexigibilidade	95.959	586.830	84.978	549.624
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	3.184	2.507	3.184	2.507
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	417.534	413.877	417.534	413.877
k) Diárias	233.449	238.851	233.449	238.851
5. Outros	658.274	17.365.647	-	10.897.909
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte: SIAFI

4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, O QUADRO FOI COLOCADO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

4.2.4.2.3. Análise Crítica

EM DECORRÊNCIA DO DESLOCAMENTO DO QUADRO, DE QUE TRATA O TÓPICO ACIMA, E NO SENTIDO DE FACILITAR A COMPREENSÃO, A ANÁLISE CRÍTICA FOI COLOCADA LOGO APÓS O QUADRO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO PARA AS CONTAS CONTÁBEIS DE CÓDIGOS 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00 E 21.219.22.00 NOS BALANCETES DO EXERCÍCIO DE 2011.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	2.285.916	-	2.285.916	-
2010	259.970	-	259.970	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	4.845.769	74.464	4.355.577	415.727
2010	1.244.012	458.933	785.079	-
...				

Fonte: SIAFI

5.2.2. Análise Crítica

Os empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados nos exercícios de 2011 e 2010 foram regularizados nos devidos exercícios de forma cancelados ou pagos, não gerando saldo a pagar em 2012, o mesmo ocorrendo aos não processados no exercício de 2010.

Em relação a Restos a Pagar não Processados no exercício de 2011 com saldo a Pagar em 31/12/2012, refere-se a pagamentos de dívidas trabalhistas relativo a empregados públicos que através de documentação encaminhada pelo Serviço de Recursos Humanos – SEREH – que por força de pendências dos beneficiários, tal despesa não foi totalmente concluída no exercício de 2012, registrando-se esse montante para saldo a Pagar em 31/12/2013.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

5.3.2. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vicentes no Exercício de 2013 e Seguintes

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro					
CNPJ: 26989350/0001-16		UG/GESTÃO: SUEST-RJ			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	7		
		Montante Repassado	4.690.005		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	1.750.842		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	9		
		Montante Repassado	12.234.810		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	1.395.372		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	6		
		Montante Repassado	2.847.214		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	2.853.997		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	631.336		

Fonte: SIAFI

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro					
CNPJ: 26989350/0001-16			UG/GESTÃO: SUEST-RJ		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			32	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	04	
			Contas Não Analisadas	04	
		Montante Repassado (R\$)		7.673.269	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	14	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	04	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	06	
Montante Repassado (R\$)		6.852.493			
2011	Quantidade de contas prestadas			56	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		37	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		19	
Montante repassado (R\$)		6.770.515			
2010	Quantidade de Contas Prestadas			51	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		38	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		13	
Montante Repassado		2.2166.389			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		29	
		Montante Repassado		31.698.641	

Fonte: SIAFI

5.3.6. Análise Crítica

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

Quanto às inadimplências registradas no SIAFI até 2012, tem-se as situações abaixo relacionadas:

- CV. 2273/00 – Instituto Universidade Popular da Baixada
- CV. 604/02 – P.M. de Paracambi
- CV. 0831/03 – P.M. de Cambuci
- CV. 1930/04 – P.M. de Paracambi
- CV. 0870/04 – P.M. de Cambuci
- CV. 0729/05 – P.M. de Conceição de Macabu
- CV. 1203/05 – P.M. de Macuco
- CV. 0730/05 – P.M. de Iguaba Grande

- CV. 0731/05 – P.M. de Iguaba Grande
- CV. 0732/05 – P.M. de Nova Iguaçu

Os Convênios 2273/00 e 0604/02 já foram objetos de TCE e encaminhados ao TCU via Auditoria.

Os Convênios 730 e 731/05 também foram objetos de TCE, cujos recursos estão sendo devolvidos.

Quanto aos Convênios 0831/03, 1930/04, 0870/04, 0729/05, 1203/05 e 732/05 a Tomada de Contas Especial será devidamente instaurada.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere:

As transferências efetuadas na modalidade Convênios / Termo de Compromisso são disciplinadas pela Portaria Interministerial 127/2008, obedecendo-se criteriosamente os pressupostos do art. 35 do Decreto 93872/86, art. 12 do Decreto 7680/2012, com redação dada pelo Decreto 7814/12, bem como demais legislações vigentes.

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

As transferências de recursos hoje, já mostram grande evolução, pois se por um lado temos ainda problemas técnicos como licença ambiental, licença de instalação e, principalmente, projetos, por outro lado temos a melhoria dos mecanismos como SISCON, SICONV, SIGOB, etc., que além de oferecerem maior segurança, a movimentação “on line” oferece maior celeridade.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012:

Temos como medida importante, a descentralização dos serviços da CGCON/PRESI, a qual deu enorme agilidade nos processos do Sistema SIGOB, que permitiu maior celeridade nos Convênios e Termos de Compromisso.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

Com a descentralização dos serviços da CGCON para as Superintendências, houve maior eficácia nos controles e maior fiscalização, havendo, desta forma, grande diminuição no passivo.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

Considerando-se a insuficiência de pessoal, o que é notória a nível de Brasil, a eficácia e eficiência dos procedimentos adotados, somando-se à mão de obra terceirizada que representa grande força nos serviços executados na Funasa em qualquer ramo de atividade, poderíamos alcançar o ápice da eficiência, não fossem nossas ações prejudicadas pelo advento das ações do PAC 2, cujo sucesso exigiu esforço sobrenatural da Equipe para que as referidas ações não sofressem paralisação com análises técnicas, visitas técnicas e apoio administrativo, sendo as referidas ações desempenhadas com

louvor, dado o grandioso empenho da Equipe do Serviço de Convênios, que apesar de pequena é muito eficiente.

- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

Considerando-se que 90% das irregularidades apontadas pelo TCU na esfera dos Convênios / Termos de Compromisso, referem-se a falcatruas na licitação, é imperioso que haja nos Convênios e em quaisquer recursos repassados pela União, a fiscalização preventiva / orientadora, com vistas a que os recursos repassados / colocados à disposição de qualquer gestor, tenham boa e regular aplicação, o que torna-se difícil ou quase impossível, dada a falta de recursos materiais e principalmente humano – próprio em qualquer ramo de atividade na Administração Pública –, somando-se a isso, o entendimento de gestores desta fundação, quanto à desnecessidade de acompanhamento financeiro nos Convênios / Termos de Compromisso, o que não nos fornece a segurança necessária à aprovação de quaisquer contas em julgamento.

- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ:

Quanto à efetividade das transferências, as mesmas são efetuadas consoante critérios previamente determinados, seja o desenvolvimento de ações e propostas que contemplem Sistemas integrados de saneamento básico, prevendo desde a captação de água até a solução adequada para seu tratamento e destino final dos efluentes dos Sistemas de esgotamento sanitário; elaboração de propostas e projetos técnicos que promovam a universalização, a equidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade e controle social dos serviços coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; o desenvolvimento de propostas voltadas para a sustentabilidade ambiental, social, de governança e economia das ações de saneamento; a promoção de ações de Educação em saúde e de mobilização social; IDH; nº de habitantes; índice de doenças; enfim, todas as transferências tem por finalidade manter a nobre união da Funasa que é a inclusão social por meio de ações de saneamento.

5.4. Suprimento de Fundos

5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1 255019	SUEST/RJ	Não se aplica	-	3.184	3.184
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			3.184	3.184

5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Pacheco Machado	571.017.367-34	8.000	-	427	427
Nelson Amorim Costa	377.353.657-72	8.000	-	2.757	2.757
Total Utilizado pela UG				3.184	3.184
Código da UG 2:	255019	Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI

5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade de	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	-	5	3.184	3.184
2011	-	-	1	1.140	2	1.367	2.507
2010	-	-	2	1.718	3	2.500	4.218

Fonte: SIAFI

5.4.1.5. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	5	3.184	2	1.367	3	2.500

Fonte: SIAFI

5.4.1.6. Análise Crítica

Considerando que esta unidade não utiliza a conta Tipo “B”, desde a implantação do Cartão Corporativo, as despesas realizadas disseram respeito às necessidades emergenciais, na impossibilidade de processo licitatório normal, e encontrou-se respaldadas na legislação vigente, e tendo todas as suas prestações de contas aprovadas pelo ordenador de despesa.

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	237	3	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	5	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	1	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	1	-	-
4. Empregados Públicos	-	5.027	-	-
5. Total de Servidores (1+2+3 + 4)	-	5.272	3	-

Fonte: SIAPE

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	6
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	97
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	1 + 51
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	161

Fonte: SIAPE

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	5	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	1	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	14	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	1	2	72	148	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	6	1
2.3. Funções Gratificadas	-	-	5	9	-
3. Empregados Públicos	-	322	2966	1398	341
4. Totais (1+2 + 3)	2	324	3043	1561	362

Fonte: DW

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	10	16	107	110	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	1	5	792	3.628	601	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	7	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	8	5	-	-	-
3. Totais (1+2)		1	15	809	3.743	724	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, O QUADRO FOI COLOCADO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

6.1.4. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	8	1
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	8	1

Fonte: SIAPE

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	2.366	55
1.2. Proporcional	6	-
2. Em Atividade	1	1
3. Total (1+2)	2.373	56

Fonte: SIAPE

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há no âmbito da Funasa nenhuma ferramenta para controle interno visando detectar acumulações de cargos, funções e empregos públicos.

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, emitiu a Portaria Normativa SRH/MP nº. 02, de 08/11/2011, visando estabelecer procedimentos referentes à remuneração, provento ou pensão percebido fora do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e, posteriormente a Portaria Normativa SEGEP/MP nº. 02, de 12/03/2012 para fins de controle de dados sobre a acumulação de cargos. Para cumprimento ao disposto nas portarias, a SUEST/RJ emitiu ofício circular a todas as Secretarias Municipais onde existem servidores cedidos da Funasa, bem como carta a cada um dos aposentados e pensionistas desta UPAG/RJ anexando Declaração sem Remuneração Proventos e Pensões percebidos Extra SIAPE e Termo de Responsabilidade, para preenchimento, além de comunicado interno aos que se encontram lotados na sede da SUEST. Quando do retorno dos documentos referidos detectou-se 24 possíveis acumulações. Cabe esclarecer que, para subsidiar o cálculo do limite remunerativo e o controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, os órgãos integrantes do SIPEC deverão solicitar, semestralmente nos meses de abril e outubro, dos servidores o preenchimento da Declaração sobre Remuneração, Proventos e Pensões percebidas Extra SIAPE e Termo de Responsabilidade.

Entretanto, dado o quantitativo de servidores/empregados públicos cedidos ao SUS (92 municípios) somente o envio dos documentos referenciados não garante a veracidade das informações prestadas, vez que o SIAPE não promove cruzamento de matrículas / CPF no âmbito estadual e municipal, tão pouco de empresas privadas. Considerando ainda, que vários profissionais de nível superior percebem a dedicação exclusiva, atualmente VPNI, também, não há no sistema, nenhuma forma de melhor controlar esta situação vez que esta SUEST/RJ nem sempre recebe informações do servidor, assim como dos órgãos (Municípios e Estado) de que o cedido passou a exercer cargo comissionado.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Após detectar possíveis acumulações foram formalizados, processos administrativos, com notificações aos servidores, inativos, beneficiários de pensão e empregados públicos para apresentação de opção ou defesa, de acordo com a legislação vigente.

Dessas notificações, foram concluídos e regularizados 19 processos com lançamento no STII – Sistema de Tratamento de Indícios de Irregularidades e 05 em andamento.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Com referência aos atos de admissão e de desligamento registrados no Sistema Sisac, de aproximadamente 5.365 empregados públicos, preliminarmente faz-se necessário esclarecer o histórico da situação funcional destes empregados nesta Superintendência:

- O pessoal aproveitado para o quadro suplementar de combate às endemias do Quadro de Pessoal da Funasa, foi inicialmente contratado por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso II, da Lei nº. 8.745, de 9.12.1993, a partir de 28 de setembro de 1994, observado o prévio Processo Seletivo Simplificado, regulado pelo Edital nº. 1, de 18.8.1994, publicado no D.O.U. de 23.8.1994. Com a edição da Lei nº. 9.849, de 26.10.1999, por força do disposto no seu art. 2º, inciso II, os contratos por tempo determinado, celebrados para combate a surtos endêmicos, de que trata o art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.745, de 1993, foram prorrogados até 30 de junho de 1999;

- Assim, e tendo em vista o conteúdo do art. 12, inciso I da Lei nº. 8.745/93, os contratos por prazo determinado foram extintos em decorrência do fim do prazo contratual, a partir de 1º de julho de 1999;

- Essa extinção dos contratos ocasionou a abertura do Mandado de Segurança Coletivo nº. 99.0017374-0, perante a 2ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de reintegrar os substituídos processuais aos contratos por prazo determinado na Funasa;

- Em 14.5.2003 foi editada a Lei nº. 10.667, cujo art. 23, § 1º, que possibilitou, em caráter excepcional, a reintegração dos substituídos no processo coletivo no 99.0017374-0, a contar da data prevista no inciso II do art. 2º da Lei no 9.849, de 26.10.99, limitada à vigência dos respectivos contratos ao prazo máximo de dois anos, contado do efetivo retorno ao serviço, desde que firmado termo de transação em renúncia aos direitos postulados no processo judicial, ou a qualquer ação judicial tendente ao reconhecimento de direitos relacionados aos fatos narrados no mesmo processo;

- Por ter sido o retorno desse pessoal tratado como reintegração, os contratados tiveram direito ao recebimento do passivo referente ao período de 30 de junho de 1999 a 17 de setembro de 2003, nos exatos limites do § 2º do art. 23 da Lei nº. 10.667/2003, com pagamento efetuado em 24 parcelas a contar de janeiro de 2004;

- Desta maneira, os contratos aditivados, com fundamento na reintegração de que trata o art. 23, da Lei nº. 10.667/2003, teriam vigência legal improrrogável até outubro de 2005. Ocorre que em 21.7.2005, com a edição da Medida Provisória nº. 259, convertida na Lei nº. 11.204, de 5.12.2005, esses contratos puderam ser prorrogados, excepcionalmente, por até 24 meses, conforme o disposto no caput do art. 13 da mesma Medida Provisória;

- Com o advento da Medida Provisória nº. 297, de 9.6.2006, convertida na Lei nº. 11.350, de 5.10.2006, os reintegrados foram enquadrados no Quadro Suplementar da Funasa, por meio da Portaria/Funasa nº. 957, de 27.6.2006, publicada no D.O.U. de 28.6.2006, e retificada em 9.5.2007.

2. Ressalto, que em 1994 à época da contratação de acordo com a Lei nº 8.745 (contratos temporários), não fomos orientados em proceder ao cadastro no Sisac dos 5.365 (cinco mil e trezentos e sessenta e cinco) empregados, somente em 2009 a Auditoria da Controladoria Geral da União, cobrou esse procedimento, ou seja, a movimentação de todas entradas e saídas no Sisac.

3. Deste modo, deu-se início ao lançamento no Sisac, algumas dúvidas surgiram já que se tratavam de movimentações atípicas. Assim, foi emitido e-mail à Equipe Sisac com as seguintes movimentações de empregados públicos e os questionamentos:

- Lançamento do ato de admissão com a data de 28.09.1994, quando na época foram contratados, por motivo de interesse público, no cargo de Guarda de Endemias com base na Lei 8.745/93;

- Esse contrato foi extinto em 30.06.1999 por decurso do prazo, de acordo com a Lei 8.745/93 (Não houve desligamento no Sisac, na época estávamos fazendo o Ato de Admissão);

- Em 18.09.2003, foram reintegrados pelo artigo 23, da Lei nº 10.667/2003, publicada no D.O.U. de 15.05.2003, atendendo ao Mandado de Segurança Coletivo nº 99.017374-0, impetrado pela entidade sindical perante à 2ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, porém os efeitos financeiros retroagiram a 01.07.1999. Na época existia dúvida quanto à data de admissão, ou seja, se 01.07.1999, em face dos efeitos financeiros, ou 18.09.2003, quando efetivamente reintegrados,

- Em 12.06.2006, por força da Medida Provisória nº 297, de 09.06.2006, transformada na Lei nº 11.350/2006, foram enquadrados no Quadro Suplementar da FUNASA, pela Portaria nº 957, de

27.07.2006, publicada no D.O.U de 28.06.2006, passando para o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, no cargo de Agente de Combate às Endemias **até a presente data**.

4. Obtivemos como resposta do e-mail da Equipe Sisac OS nº 258941 – Orientação sobre Ato do Funcionário Público, ou seja, todas as movimentações de entrada e saída dos funcionários do órgão devem ser registradas no Sisac da seguinte forma:

- No momento da admissão cadastra-se o Ato de Admissão, na saída cadastra-se o Ato de Desligamento e em casos de reintegração, recondução e demais provimentos deve-se cadastrar o ato de cancelamento de desligamento.

5. Mediante esta orientação, entendeu-se que as movimentações se dariam da seguinte forma:

1. Admissão - 28.09.1994 - CDT - Lei nº 8.745/93;
2. Desligamento - 30.06.1999;
3. Cancelamento do Desligamento - 01.07.1999 (em face da Reintegração Judicial em 18.09.2003);
4. Desligamento - 11.06.2006 - término do contrato CDT;
5. Admissão - 12.06.2006 - Regime CLT,
6. Desligamento após o Regime CLT, quando couber.

6. Após essas orientações deu-se início aos lançamentos dos Atos no Sisac. Concluimos o Ato de Admissão, o Ato de Desligamento em 30.06.1999 e, em fase de digitação o Cancelamento do Desligamento com data de 01.07.1999 (referente à reintegração judicial de 18.09.2003), e a lançar, o novo desligamento com data de 11.06.2006 (término do contrato CDT) e a Admissão de 12.06.2006 (Regime CLT).

7. Ressalto que todos esses Atos do Sisac, no caso dos celetistas desta Superintendência, correspondem a 5 (cinco) movimentações para os 5.365 empregados públicos.

8. Diante do exposto, descrevo no quadro abaixo os atos que foram registrados no Sisac no exercício de 2011 e 2012, dos referidos empregados públicos.

TIPO DE ATO	2011	2012
DESLIGAMENTO (30.06.1999)	2.748	---
DESLIGAMENTO (30.06.1999)	---	2.775
CANCELAMENTO DO DESLIGAMENTO (01.07.1999)	---	5.130
DEMISSÃO (11.06.2006)	---	5.068
ADMISSÃO (12.06.2006)	---	1.230
TOTAL	2.748	14.203

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	8	13	8	12
Concessão de pensão civil	56	41	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	25	-	10	-
Totais	89	54	18	12

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	1	-	1	-
Cancelamento de concessão	2	-	2	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	3	-	3	-

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	8	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	56
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	10	-	-
Total	-	18	-	56
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	1	-	-
Cancelamento de concessão	-	2	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	3	-	-

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio físico

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	1	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	1	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	1	-	1	-

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

ESTA UG NÃO TEM INDICADORES GERENCIAIS DESENVOLVIDOS PARA ÁREA DE PESSOAL.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, O QUADRO FOI COLOCADO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde													
UG/Gestão: 255019/36211						CNPJ: 26.989.350/0549-84							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	008/2009	39.537.063/001-17	15/12/09	14/12/13	25	16	-	-	-	-	P
2010	L	O	005/2010	09.060.537/0001-11	15/10/10	14/10/13	16	13	-	-	-	-	P
Observações:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Informações retiradas dos processos e contratos da Salog.

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA													
UG/Gestão: 255019/36211							CNPJ: 26.989.350/0549-84						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	6	O	004/2008	27.859.008/0001-64	01/09/08	31/08/12	-	-	1	1	-	-	E
2009	11	O	010/2009	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/12	-	-	62	50	-	-	P
2009	2	O	010/2009	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/12	18	3	-	-	-	-	P
2009	5	O	010/2009	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/12	3	2	-	-	-	-	P
2009	11	O	010/2009	29.212.545/0001-43	24/12/09	23/12/12	4	4	-	-	-	-	P
2010	3	O	002/2010	01.515.034/0001-81	01/04/10	31/03/12	-	-	5	5	2	2	P
2012	9	O	001/2012	07.713.013/0001-57	11/01/12	10/01/13			1	1			P
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Informações retiradas dos processos e contratos da Salog.

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	6	12	12	13	R\$ 39.576,10
1.2 Área Meio	4	6	7	11	R\$ 29.631,74
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	34	58	58	49	R\$ 75.997,40
3. Total (1+2)	44	70	77	73	R\$ 145.205,24

Fonte: SIAPE

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Uso fundamentado nas Instrução Normativa Nº 09 de 26 de Agosto de 1994 do Ministro do Estado da Administração Federal e Reforma do Estado e Instrução Normativa Nº 03 de 15 de Maio de 2008 do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ, é propiciar o deslocamento de servidores desta Suest-RJ a serviço, haja vista sua missão institucional “Promover a Saúde Pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental” onde realiza freqüentemente acompanhamentos a convênios e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), emendas parlamentares, o que torna imprescindível a frota, uma vez que tais atividades somente se realizam por meio da utilização de veículos, frente ao grande número de municípios que compõem o Estado;

c) O quadro a seguir demonstra a quantidade de veículos na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos:

Item	Placa	Modelo	Ano	Grupo	Tempo Uso	KM RODADOS	
						MÊS	ANO
01	LKW-7417	MITSUBISHI	2009	IV/A	04 anos	2.303	27.641
02	LKW-7419	MITSUBISHI	2009	IV/A	04 anos	2.352	28.225
03	LKW-7421	MITSUBISHI	2009	IV/A	04 anos	2.360	28.321
04	LLL-8481	MITSUBISHI	2010	IV/A	03 anos	1.057	12.685
05	LLL-8490	MITSUBISHI	2010	IV/A	03 anos	1.563	18.752
06	JKH-2163	NISSAN	2005	IV/A	08 anos	301	3.609
07	JKH-5411	NISSAN	2005	IV/A	08 anos	733	8.797
08	JKH-6131	NISSAN	2005	IV/A	08 anos	560	6.725
09	KQA-1050	RANGER	2008	IV/A	05 anos	1.600	19.194
10	KNH-7986	RANGER	2001	IV/A	12 anos	1.100	13.210
11	KNH-7989	RANGER	2001	IV/A	12 anos	306	3.669
12	LNN-1604	GM-S/10	2001	IV/A	12 anos	484	5.811
13	LOJ-7381	GM-S/10	2002	IV/A	11 anos	1.230	14.757
14	LOJ-7377	GM-S/10	2002	IV/A	11 anos	480	5.736
15	LOI-1298	GM-S/10	2002	IV/A	11 anos	554	6.649
16	GMF-4270	GM-S/10	2002	IV/A	11 anos	519	6.227
17	LNA-5351	TOYOTA Bandeirante	1999	IV/A	14 anos	733	8.796
18	LJT-3013	TOYOTA Carroceria	1991	IV/B-1	22 anos	282	3.386
19	LBW-1926	Laboratorio Móvel	2004	IV/C-2	09 anos	393	4.712
20	LRF-0819	Yamaha-XTZ	2004	IV/E-1	09 anos	1.017	12.209
TOTAL DE KM RODADO						19.927	239.138
MÉDIA DA FROTA = Total de Km rodado / pela quantidade de veículos 20						996	11.957

d) O quadro a seguir demonstra a média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

GRUPO	KM - MÊS	KM - ANO
IV/A	18.235	218.831
IV/B-1	282	3.386
IV/C-2	393	4.712
IV/E-1	1.017	12.209
KM TOTAL	19.927	239.138
Média Km Rodados	996	11.957

e) O quadro a seguir demonstra a idade média da frota, por grupo de veículos:

GRUPO	IDADE MÉDIA DA FROTA
IV/A	08
IV/B-1	22
IV/C-2	09
IV/E-1	09

f) O quadro a seguir demonstra os custos associados à manutenção da frota:

Combustível		Lubrificantes		Manutenção		DPVAT	Pessoal	
Mês	Ano	Mês	Ano	Mês	Ano	Ano	Mês	Ano
4.218	50.626	250	3.172	6.200	74.586	2.278	8.175	98.106
Total Custo associado à Manutenção da Frota é de:								
Ano: R\$ 228.768					Média Mensal: R\$ 19.064			

g) Plano de substituição da frota:

Encaminhado anualmente a Presidência através do (Plano anual de aquisição de veículos sempre no início do exercício Ex: (PAAV-2012);

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Não temos veículos Locados;

i) A Unidade possui controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, através de controles em sistemas: de abastecimento (Tickete Car), Controle da frota (Sicotweb), Boletins Diários de Tráfego (BDT), preenchido pelos motoristas quando no deslocamento dos veículos e boletas de solicitações de deslocamentos efetuadas pelos usuários.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Rio das Ostras – Av. Guanabara, S/N	01	01
	Casimiro de Abreu – Rua João Soares, n° 446	01	01
	Rio de Janeiro – Av. Brasil, n° 7026	01	01
	Rio de Janeiro, rua Coelho e Castro, n° 06	01	01
	Santa Cruz - Rua Aguanil, lotes de terreno n° 02,03,04 e 05, na quadra 02	01	01
Subtotal Brasil		05	05
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		05	05

Fonte: Spunet

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Angra dos Reis – Rua Barão de Mambucada, N° 101 – Lote N° 36	01	01
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte: Spunet

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
255019	2921 00002.500-4	5	3	R\$ 3.120,00	22/12/2008	R\$1.756.705,69	0	0	
255019	5825 00012.500-1	4	4	R\$ 3.060,00	22/12/2008	R\$ 84.200,78	0	0	
255019	6001 02670.500-2	7	4	R\$ 2.914,00	26/12/2008	R\$1.906.929,34	0	0	
255019	6001 02836.500-4	13	3	R\$ 60.372,00	26/12/2008	R\$4.524.871,49	0	0	
255019	6001 04348.500-7	2	1	R\$ 260.288,00	27/11/2008	R\$ 260.288,41	0	0	
Total:							8.532.995,71	0	0
Fonte: Spunet									

Análise Crítica

a) Imóvel situado na Rodovia Amaral Peixoto n.º 895 – Barra de São João – 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ, com área de terreno de 65.850,00 m² e área construída de 2.714,40 m², cedido através do Termo de Cessão de uso n.º 002/2010 à Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, para funcionamento do Hospital de Barra de São João, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, em decorrência do processo de regularização de imóveis realizado pela Comissão instituída pela Portaria Funasa/Suest-RJ n.º 705/2010, estando o mesmo na fase de escrituração pública junto ao Cartório de Registro de Imóvel do citado município;

b) Imóvel situado na Rua Santo Antonio, n.º 155 – Barra de São João – 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ, tendo a destinação de uso pela Superintendência Estadual da Funasa, com as instalações do Centro de Capacitação e a Unidade de Referência de Controle de Qualidade de Água, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, em decorrência do processo de regularização de imóveis realizado pela Comissão instituída pela Portaria Funasa/Suest-RJ n.º 705/2010, estando o mesmo na fase de escrituração pública junto ao Cartório de Registro de Imóvel do citado município.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, O QUADRO FOI COLOCADO NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Em que pese, a UJ ter aderido em 2012, apenas ao programa Coleta Seletiva Solidária, já vem adotando no seu cotidiano, iniciativas e conseqüentemente ações que apontam para o tema da sustentabilidade.

São Elas:

- Racionamento no uso de ar condicionado, com desligamento de todo sistema fora da estação do verão, no horário de encerramento do expediente oficial, evitando o desperdício de energia e a liberação de metais pesados no ambiente;
- Uso de lâmpadas fluorescentes ao invés de incandescentes, com maior durabilidade, gerando a redução de resíduos no ambiente;
- Desligamento de todas as luzes no encerramento do expediente, evitando desperdício de energia;
- Desligamento de 01 (um) elevador social, quinze minutos após o expediente;
- Uso racional do elevador de carga;
- Impressão de documentos no modo econômico e duplex, gerando economia dos gastos e menor agressão ao meio ambiente;
- Redução do consumo de copos descartáveis de água e café, com a licitação realizada no final do exercício de 2012, para aquisição de canecas e copos de vidro de uso duradouro;
- Troca de torneiras velhas por novas, evitando-se o desperdício de água;
- Colocação de caixas de papelão, separando os resíduos sólidos do lixo reciclável;
- Entrega do lixo reciclável produzido na Suest, para cooperativa de catadores, possibilitando a geração de renda para os catadores e reduzindo o impacto ambiental.

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Coleta Seletiva Solidária	2012			13 famílias de catadores economicamente beneficiados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	3825	2500	3540	R\$ 30.600	R\$ 21.500	R\$ 28.787
Água de provedora local	5610,8	11381,0	8987,0	R\$ 62.060	R\$ 125.611	R\$ 87.018
Água Mineral para consumo	850	1750	1682	R\$ 3.272	R\$ 4.795	R\$ 4.289
Energia Elétrica	733537,0	756347,0	829326,0	R\$ 365.381	R\$ 420.856	R\$ 395.840
Total				R\$ 461.313	R\$ 572.762	R\$ 515.934

Fonte: Informação sobre o consumo e valor total da Resma de Papel, foi repassada pelo Setor de Material. Demais informações foram extraídas dos arquivos da Salog/Suest/RJ.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	016.143/12-4	4022/09-2ª C	1	DE	OFÍCIO 2416 DE 06/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Descrição da Deliberação					
SOLICITA CÓPIA LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE CONCEDEM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS					7484
Síntese da Providência Adotada					
PROVIDENCIADO OFÍCIO Nº. 2416 DE 06/08/12 – ANEXO CÓPIA DO LAUDO.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ATENDIDO A DETERMINAÇÃO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO, PORÉM SEM RESPOSTA DO TCU ATÉ O MOMENTO.					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	002374/12-9	4300/12 1ª C	1	DE	OFÍCIO 2662 DE 29/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Descrição da Deliberação					
CESSAR EM 15 DIAS RUBRICA DECISÃO JUDICIAL TRANSITADO JULGADO VALOR R\$ 113,18.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS					7484
Síntese da Providência Adotada					
PROVIDENCIADO OFÍCIO Nº. 2662 DE 29/08/12, PORÉM SEM ATENDIMENTO DA DETERMINAÇÃO, VISTO QUE O VALOR E REFENTE A DECISÃO JUDICIAL AO TEMPO INSALUBRE QUE NÃO FOI CONSIDERADO PARA O TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE 24/35 ANOS.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ATENDIDO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
FOI EXPLICADO A SITUAÇÃO FUNCIONAL DO SERVIDOR, PORÉM O TCU AINDA NÃO SE PRONUNCIOU.					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	030.690/12-9	5.807/12-1ª C	1	DE	OFÍCIO 407 DE 31/10/12
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Descrição da Deliberação					
PROVIDENCIAR SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE PENSÃO.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS					7484
Síntese da Providência Adotada					
PROVIDENCIADO OFÍCIO Nº. 407 DE 31/10/2012-EXCLUÍDO O BENEFÍCIO.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ATENDIDO A DETERMINAÇÃO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO.					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	006.311/11-3	587/11 - PLENÁRIO	2	DE	OFÍCIO 2442 DE 08/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Descrição da Deliberação					
SOLICITA CÓPIA DECISÃO JUDICIAL COMPROVANDO UNIÃO ESTÁVEL E ESCLARECER INCLUSÃO NO SISAC.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS					7484
Síntese da Providência Adotada					
PROVIDENCIADO OFÍCIO Nº. 2442 DE 08/08/12.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ATENDIDO A DETERMINAÇÃO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO, PORÉM SEM RESPOSTA DO TCU ATÉ O MOMENTO.					

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	012.050/11-3	5067/12 1ª C	1	DE	OFÍCIO 3503 DE 05/11/12
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO					7484
Descrição da Deliberação					
DETERMINA INTEGRAR RUBRICA 596 A PENSÃO CIVIL.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS					7484
Síntese da Providência Adotada					
PROVIDENCIADO OFÍCIO Nº. 3503 DE 05/11/12 – RECALCULADO A PENSÃO E FEITA INCLUSÃO NO SIAPE.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
ATENDIDO A DETERMINAÇÃO					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO, PORÉM SEM RESPOSTA DO TCU ATÉ O MOMENTO.					

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	DESPACHO CGU/RJ DE 08/08/12 – SISAC 10225293-04-2006-000024-7	2	DESPACHO SOCAD 68DE 16/08/12
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
ANEXAR CTC – INSS E CORRIGIR CAMPO DO SISAC – “TEMPO INSALUBRE”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			7484
Síntese da Providência Adotada			
PROVIDENCIADA ORIGINAL DA CRC – INSS E CORRIGIDOS SISAC NO PROCESSO DE APOSENTADORIA 25245.015.731/2004-40			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIDA A DETERMINAÇÃO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OFÍCIO 18488/DPPCE/DPSFC/CGU.PR	23	ÓFICIO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
REGULARIZAÇÃO DAS OCORRENCIAS, COMO RESULTADO DAS ANÁLISES DE 21 TRILHAS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			7484
Síntese da Providência Adotada			
ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DAS TRILHAS.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ACERTOS CADASTRAIS E FINANCEIROS			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FALTA DE FERRAMENTA PARA EXTRAÇÃO DE DADOS.			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	1.1	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
APRESENTAR UMA PLANILHA COM INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES FIRMADAS EM 2012 RELACIONADOS À ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E À ÁREA DE OBRAS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			7484
Síntese da Providência Adotada			
FOI ENCAMINHADA A PLANILHA SOLICITADA			
Síntese dos Resultados Obtidos			
PEDIDO ATENDIDO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	1.2	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
NO QUE CONCERNE AOS PROCESSOS LISTADOS NO TÓPICO ANTERIOR, APRESENTAR DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			7484
Síntese da Providência Adotada			
FOI ENCAMINHADA CÓPIA DE RETIRADA DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2012 – EXCLUSIVO ME/EPP (ART.6º, DECRETO 6204/2007) E ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA, QUE EM SEU ITEM 13.10, ADOTA-SE OBRIGATORIEDADE DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
PEDIDO ATENDIDO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	1.3	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
APRESENTAR OS MOTIVOS PELA NÃO UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE LISTADOS NO TÓPICO ANTERIOR.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			7484
Síntese da Providência Adotada			
A INFORMAÇÃO ESTÁ CONTEMPLADA NO ITEM 1.2.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
PEDIDO ATENDIDO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	-	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
INSCREVER, EM 31/12, EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS APENAS AS DESPESAS QUE TENHAM VIGENTES O PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA PELO CREDOR NELE ESTABELECIDO.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			7484
Síntese da Providência Adotada			
EM 31/12/2010 E 31/12/2011, FORAM INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, SOMENTE AQUELAS DESPESAS QUE TINHAM VIGÊNCIAS APRAZADAS PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO CREDOR. DESDE MODO HOUVE O ACATAMENTO DESSA RECOMENDAÇÃO.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIDA A DETERMINAÇÃO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	2	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
APRESENTAR A RELAÇÃO DOS CONVÊNIOS/CONTRATO DE REPASSE FIRMADOS PELA UNIDADE NO EXERCÍCIO DE 2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE CONVÊNIOS			7484
Síntese da Providência Adotada			
A RELAÇÃO FOI APRESENTADA EM FORMA DE PLANILHA			
Síntese dos Resultados Obtidos			
PEDIDO ATENDIDO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	-	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
<p>REAVALIAR OS PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E REGISTRO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DE CONVÊNIOS NO SIAFI, ESTABELECIDO FORMALMENTE O FLUXO INTERNO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AOS CONVÊNIOS SOB RESPONSABILIDADE DA REGIONAL, A FIM DE EVITAR FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO, ATRASOS NAS ANÁLISES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, DE MODO QUE O SIAFI E SISCONV REFLITAM FIELMENTE A REALIDADE FÍSICO-FINANCEIRA DOS ACORDOS DESSA NATUREZA CELEBRADOS PELA ENTIDADE.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE CONVÊNIOS			7484
Síntese da Providência Adotada			
<p>TENDO EM VISTA A DESCENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA FUNASA/PRESIDÊNCIA PARA AS SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS, CONSIDERASSE QUE FORAM REAVALIADOS OS PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO/ANÁLISE E REGISTRO DE INFORMAÇÕES PRINCIPALMENTE NO SIAFI, O QUE JÁ PODE SER OBSERVADO ATRAVÉS DA MELHORIA DO FLUXO E DAS RESPOSTAS MAIS IMEDIATAS, COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS EXECUTADOS, CARECENDO APENAS DE APRIMORAMENTO DO FLUXO NO SICONV, O QUE SERÁ FEITO ATRAVÉS DE MELHOR QUALIFICAÇÃO NO REFERIDO SISTEMA. ESTA CAPACITAÇÃO JÁ ESTÁ SENDO REALIZADA.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
PEDIDO ATENDIDO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	3	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
PROMOVER GESTÕES JUNTO AO ORGÃO CENTRAL DA FUNASA PARA QUE HAJA O ESTABELECIMENTO DE METAS PARA OS INDICADORES UTILIZADOS PELA FUNASA-CORE/RJ, A FIM DE QUE HAJA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO EM UM ACOMPANHAMENTO EFETIVO DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS PELA ENTIDADE.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			7484
Síntese da Providência Adotada			
FOI REALIZADA NO PERÍODO DE 22 A 26 DE OUTUBRO DE 2012, A REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA FUNASA, QUE DENTRE OUTROS OBJETIVOS, INCLUIU A AVALIAÇÃO DAS METAS ANUAIS, E A REVISÃO DOS SEUS INDICADORES DE DESEMPANHO E DE RESULTADO JÁ UTILIZADOS, PELA INSTITUIÇÃO, NOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DE ANOS ANTERIORES. CUMPRE ESCLARECER QUE AS METAS, EM NÍVEL NACIONAL, SÃO DERIVADAS DO PLANO PLURIANUAL (PPA). A PARTIR DESSE PLANO É QUE A FUNASA ESTABELECE OS SEUS QUANTITATIVOS ANUAIS PARA O NÍVEL REGIONAL. DA NECESSIDADE DE SE ACOMPANHAR ESSAS METAS É QUE SE DERIVAM OS INDICADORES, QUE SERÃO REVISTOS, CONFORME JÁ MENCIONADO.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
PEDIDO ATENDIDO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FOI ATENDIDO SEM QUALQUER OBSTÁCULO			

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OFÍCIO 18488/ DPPCE/DPSFC/CGU.PR	3	OFÍCIO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
1) TRILHA 05 – PENSÕES QUE NÃO OBEDECERAM REGRAS NA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS. 2) TRILHA 08 – A – SERVIDORES COM PARCELA DE DEVOUÇÃO AO ERARIO INTERROMPIDO OU PRAZO E/OU VALORES ALTERADOS – SERVIDOR. 3) TRILHA 21 – SERVIDORES/INSTITUIDORES COM OCORRENCIA NO SIAPE DE APOSENTADORI COM PROVENTO PROPORCIONAL E ESTÃO RECEBENDO INTEGRAIS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			7484
Justificativa para o seu não Cumprimento			
- FALTA DOS PROCESSOS ORIENDOS DO INSS - O NÃO ATENDIMENTO, PARA CIENCIA, AO ERÁRIO. - LOCALIZAÇÃO DOS PROCESSOS .			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
- FALTA DOS PROCESSOS QUE CONCEDERAM AS PENSÕES ORIUNDAS DO INSS. - O NÃO COMPARECIMENTO DOS SERVIDORES/PENSIONISTAS PARA CIENCIA DA DOCUMENTAÇÃO (DEFESA) - DESARQUIVAMENTO E LOCALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA.			

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	2	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
ESTABELECEER SUAS PRÓPRIAS METAS, ENQUANTO AS METAS PARA OS INDICADORES UTILIZADOS NÃO FOREM INSTITUÍDAS PELO ORGÃO CENTRAL DA FUNASA.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			7484
Justificativa para o seu não Cumprimento			
AS METAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS (EX-COORDENAÇÕES-CORE), SÃO ESTABELECIDAS PELO ORGÃO CENTRAL. UM DOS PRODUTOS DA REUNIÃO, MENCIONADA ANTERIORMENTE, FOI A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO QUADRO DE INDICADORES, E A REPACTUAÇÃO DAS METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
AS METAS SERÃO ESTABELECIDAS PELO GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO PARA DEFINIÇÃO DE INDICADORES.			

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SA n°. 201205965-01	3	E-MAIL
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO			7484
Descrição da Recomendação			
CRIAR INDICADORES PARA O ACOMPANHAMENTO DOS DEMAIS CONVÊNIOS, ALÉM DAQUELES QUE FORAM ESTABELECIDOS PARA MONITORAR OS RECURSOS ENQUADRADOS NO PAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			7484
Justificativa para o seu não Cumprimento			
ESSA RECOMENDAÇÃO SERÁ CONSIDERADA PELO GRUPO QUE FARÁ A REVISÃO DO QUADRO DE INDICADORES DA INSTITUIÇÃO, VEZ QUE A SUPERINTENDÊNCIA DO RIO DE JANEIRO, DISPONIBILIZARÁ UM TÉCNICO PARA COMPOR O CITADO GRUPO.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
COMFORME MENCIONADO NO CAMPO JUSTIFICATIVA, A RECOMENDAÇÃO SERÁ OBSERVADA PELO GRUPO DE TRABALHO QUE SERÁ CONSTITUÍDO PARA ESSE FIM.			

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A RESPONSABILIDADE PELA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA É DA UNIDADE CENTRAL DA FUNASA, CABENDO ÀS SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS O CUMPRIMENTO DE DELIBERAÇÕES EMANADAS, PORTANTO NÃO SE APLICA À UJ.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU Nº 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, A IMAGEM FOI COLOCADA NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	2	2	2
	Entregaram a DBR	1	1	1
	Não cumpriram a obrigação	1	1	1
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	31	31	31
	Entregaram a DBR	31	31	31
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SIAPECAD

10.3.1.2. Análise Crítica

Anualmente o Serviço de Recursos Humanos solicita aos servidores a entrega da DBR que é arquivada nos assentamentos funcionais. Não existe sistema informatizado para controle de entrega da DBR e nem análise da incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida. A sistemática de entrega da DBR se dá nas duas modalidades (entrega de formulário e autorização eletrônica). Dos servidores efetivos, em exercício na sede da Suest/RJ e os cedidos aos SUS 80% deles entregaram as declarações ou deram acesso eletrônico. Os ocupantes de cargo comissionado ou função de confiança nesta Superintendência, no exercício de 2012, todos entregaram a DBR. Somente o servidor em mandato classista deixou de entregá-la. Quanto aos empregados públicos, dado o quantitativo e a dificuldade de cobrança de entrega das declarações, visto encontrarem-se espalhados pelos diversos municípios do Estado, não foi possível analisar o quantitativo de acessos eletrônicos e de declarações entregues. Cabe esclarecer que, embora os servidores tenham dado acesso eletrônico às DBR's o SEREH/RJ não dispõe de senha para acessar as declarações no site da Receita Federal, o que inviabiliza qualquer análise do patrimônio.

10.4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS SIASG E SICONV

10.4.1. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, A IMAGEM FOI COLOCADA NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei n.º 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:

1. Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da Macrofunção;
2. As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI, uma vez que não foram realizadas as avaliações de valor econômico de cada bem do imobilizado;
4. O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

Cabe aqui destacar que, devido à escassez de pessoal, a avaliação e mensuração das disponibilidades; dos créditos e dívidas; dos estoques, dos investimentos; do imobilizado; do intangível e do diferido não foram realizados. No entanto, informa-se que esta Funasa envidará todos os esforços no sentido de contratar, com a urgência que o assunto requer, uma empresa para efetuar tal serviço, a nível nacional, abrangendo a todas as Unidades Gestoras que compõem este Órgão.

Informa-se, ainda, que a Setorial Contábil desta Funasa vem realizando, temporariamente, o cálculo da depreciação das UG's 255003 – SUEST/AP; 255013 – SUEST/MG; 255014 – SUEST/PA; 255016 SUEST-PR; 255017 – SUEST/PE; 255018 – SUEST/PI; 255019 – SUEST/RJ e 255021 – SUEST/RS, visto que estas ainda não utilizam o Sistema de Controle Patrimonial.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2. Declaração com Ressalva

EM CONFORMIDADE COM O QUE DISPÕE O ITEM 6 DA PARTE B DO ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA – TCU N° 119, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, A IMAGEM FOI COLOCADA NA PARTE QUE TRATA DE ANEXOS.

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

11.6. Parecer da Auditoria Independente

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

ESTE TÓPICO NÃO FOI UTILIZADO, PELO FATO DE NÃO TER HAVIDO QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS RELEVANTES.

Resultados e Conclusões

O plano de ações de 2012, a exemplo do que vem acontecendo em exercícios anteriores, registrou várias dificuldades ao longo do seu desenvolvimento. Uma das variáveis internas mais fortes que concorreu e será sempre decisiva para que se alcance percentuais mais expressivos de atuação, é uma força de trabalho suficiente e capacitada para exercer com plenitude as suas competências, habilidades e responsabilidades. Esse não tem sido o caso da unidade jurisdicionada, que vem sofrendo, constantes baixas em seu quadro de pessoal, por variados motivos, dentre os quais, os provocados pela aposentadoria e licenças médicas. Esses foram contabilizados como sendo os maiores responsáveis pela baixa execução verificada em algumas ações. Além disso, pode se registrar a deficiência de servidores com formações específicas em áreas relativamente novas da instituição.

As justificativas para tal situação podem ser explicadas pelos seguintes fatores: à medida que o servidor efetivo conquista o direito de se aposentar, a unidade jurisdicionada, que já conta com um quadro reduzido, se vê na iminência de perder mais um profissional. Esse fato poderia ser encarado como “pequeno”, se na contramão disso não fossem cometidas novas atribuições para a Superintendência, por força de leis, decretos, diretrizes internas, e demais atos instituidores de procedimentos e rotinas. Essas novas atribuições sem a consequente reposição da força de trabalho, faz com que alguns setores sejam obrigados a sobrecarregar servidores, que começam a apresentar sinais de estresse profissional que os obrigam a se licenciar para tratamento de saúde, aumentando o nível de absenteísmo. Por último, a deficiência de pessoal com formação específica é explicada pela não realização de concurso para esse fim.

Com relação a variáveis externas, pode-se assinalar a baixa qualidade dos projetos de saneamento básico apresentados pelas instâncias municipais, com vistas à celebração de instrumentos de repasses, que provoca um processo de idas e vindas, no sentido de sanar as irregularidades apontadas pela equipe técnica. Ao lado dela, a morosidade no atendimento, por parte das entidades convenentes, das recomendações expedidas pelas áreas de engenharia e convênio, com vistas ao cumprimento integral do plano de trabalho pactuado, bem como da consequente prestação de contas final, gerando, com isso, um aumento no número de passivos.

Mesmo considerando essas dificuldades, o plano de ação de 2012 foi executado de forma eficiente, pois, conforme mencionado anteriormente, a gestão primou pela otimização dos recursos disponíveis, adotando para isso, novas estratégias de atuação, conforme descrito em tópico específico. Essas estratégias, no entanto, terão maior impacto durante o ano de 2013, pois visam alterar procedimentos e formas de atuação, na perspectiva de solucionar gargalos de execução, bem assim imprimir maior celeridade aos trâmites burocráticos inerentes ao desenvolvimento de processos, notadamente aqueles oriundos das áreas finalísticas da Unidade Jurisdicionada.

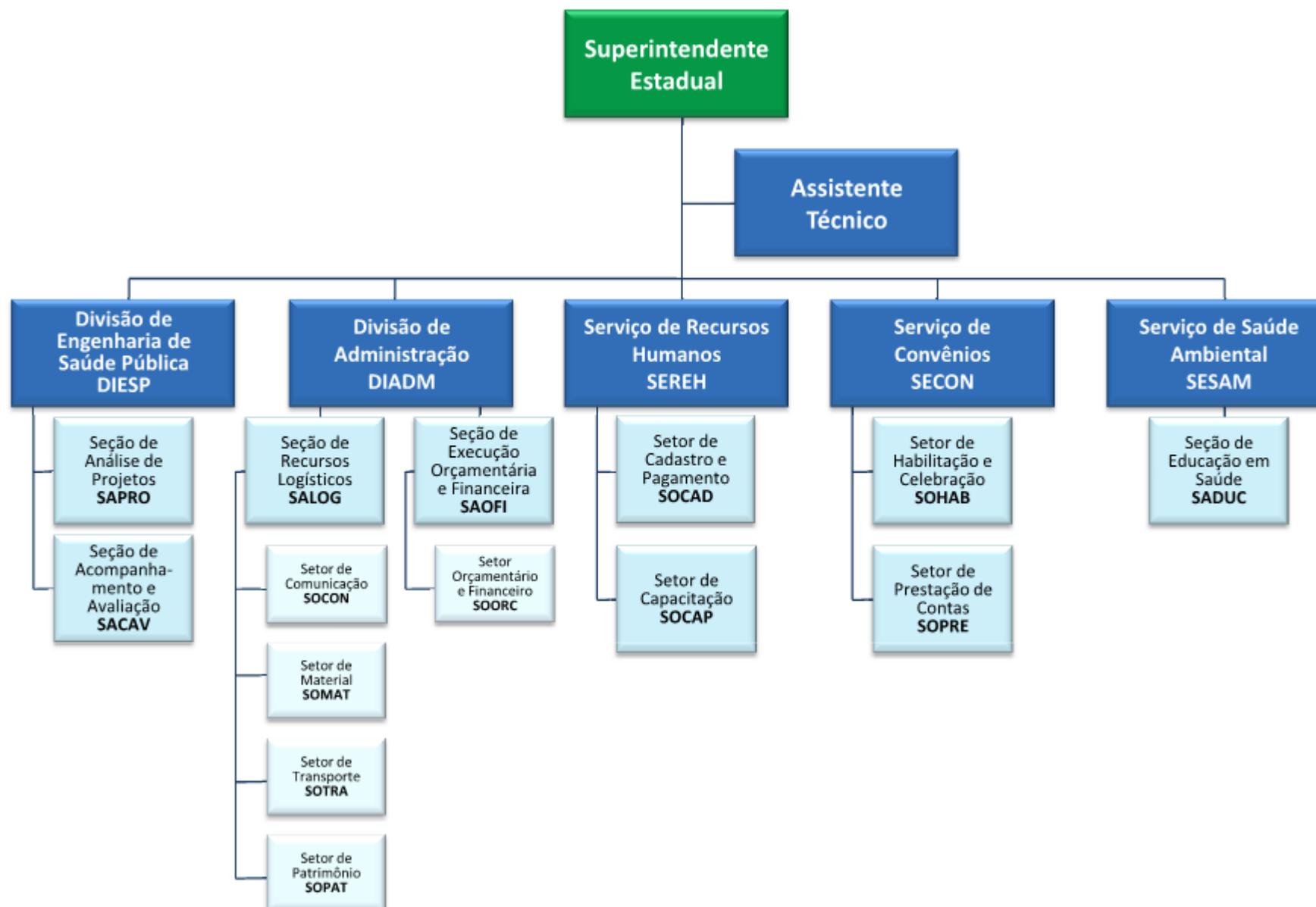
Como reforço de argumentação, no que diz respeito ao redesenho de estratégias de fundamental importância para o desenvolvimento do plano de ação da unidade jurisdicionada para o ano de 2013, merecem destaque as seguintes: a decisão de contratação de empresa para elaboração de projetos municipais na área de engenharia, como forma de agilizar a captação de recursos, especialmente aqueles oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; a consolidação de alguns procedimentos que darão maior agilidade ao processo de análise de documentos para a celebração de instrumentos de repasse. a definição de responsabilidades técnicas na condução de processos de convênios e congêneres até a conclusão do objeto pactuado; e o incremento da utilização de registros nos Sistemas, em tempo real, como forma de atualizar as demandas tanto internas quanto externas, com relação à tramitação de documentos, procurando com isso, gerar informações consistentes que sufficientem os tomadores de decisão, em que nível estiver situado.

Outra medida que merece destaque, e que já foi adotada para 2013, foi a inserção do plano de ações na intranet da instituição. Dessa forma, a execução das ações poderá ser conhecida por todas as unidades que fazem parte da estrutura da Funasa, e, mais que isso, possibilitará ao gerente a correção de desvios de execução, vez que será monitorado semanalmente, otimizando, com isso, o direcionamento do plano, na perspectiva do atingimento total das ações elencadas.

Concluindo, espera-se que com a consolidação dessas medidas, bem assim o esforço que continuará sendo feito, junto à presidência da instituição, no sentido de que sejam oportunizados profissionais para preencherem lacunas existentes nas áreas fim, tudo isso aliado à manutenção do sentimento forte de agregação, pelo corpo funcional, que reconhece a importância e valoriza a missão institucional, a unidade jurisdicionada possa continuar a ser um grande indutor, no estado, das políticas de promoção da saúde, visando a inclusão social, cooperando, para isso, com o apoio técnico, numa perspectiva macro, bem como com o repasse de recursos, quando pertinentes, dentro do espectro de atuação da instituição.

ANEXOS

1.3. Organograma Funcional



3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica: Com base na letra D, das orientações para preenchimento deste quadro, integrante do tópico 3.2 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos, a análise crítica foi disposta em texto separado, e colocado, após este quadro.</p> <p>Metodologia: As assertivas de cada campo foram discutidas em reunião de colegiado de gestão, e a opção da valoração das questões foi obtida por consenso.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Análise Crítica

Levando-se em consideração que a estrutura de Controle Interno, nos moldes evidenciados pelo questionário, não existe de forma plena, no âmbito da unidade jurisdicionada, e que a UJ apenas reproduz procedimentos oriundos daquelas instâncias de controle interno, justifica-se e esclarece-se a valoração em 3, para algumas assertivas propostas no documento.

No entanto, cumpre esclarecer que para as questões com valoração diferente da evidenciada no parágrafo anterior, o grupo de trabalho se baseou em conhecimentos oriundos do desenvolvimento da atividade na própria Suest, e/ou em informações obtidas de variadas formas de comunicação.

Concluindo, convém ratificar que a unidade faz parte de uma estrutura central, e que, portanto, replica, em seu nível de atuação, as decisões políticas e definições técnicas sobre o desempenho do seu papel no estado.

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Quadro de Meta do PPA 2012 - 2015

PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2068 SANEAMENTO BÁSICO	<p>0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em Saneamento Básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento, nas sedes e/ou nas áreas rurais. - Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento. - Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico. - Apoiar 34 de estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental. - Apoiar 3.445 municípios no fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental. - Apoiar 1.500 municípios com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento. - Apoiar 1.125 comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação de ações de saneamento 	<p>011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico.</p>	<p>20 AG - Apoio à Gestão dos Serviços de Saneamento Básico (Áreas Rurais e municípios com pop. abaixo de 50.000 hab.) e ao Desenvolvimento Científico-Tecnológico.</p> <p>20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.</p> <p>6808 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental.</p> <p>10TA - Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com população abaixo de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p>
	<p>0355 – Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais. - Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos. 	<p>011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras).</p>	<p>7656 - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras) para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.</p>

PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	<p>0610 – Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturais nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contratar R\$ 960 milhões, por meio de seleções públicas do PAC, para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. - Contratar R\$ 1.280 milhões, por meio de seleções públicas do PAC, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. - Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos. - Beneficiar 500 municípios dos com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares. - Beneficiar 30 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem. 	<p>2DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água.</p> <p>02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de esgotamento sanitário.</p> <p>02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada.</p> <p>02DR - Implantar soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços.</p> <p>02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis.</p>	<p>10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SV - Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SK - Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico</p>

PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
				<p>(RIDE).</p> <p>10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com população abaixo de 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>10SL - Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com população abaixo de 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).</p> <p>7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos.</p> <p>3883 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.</p>
<p>2067 RESÍDUOS SÓLIDOS</p>	<p>0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, utilizando a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.</p>	<p>- Fomento e fortalecimento de 600 Cooperativas/Associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação à coleta seletiva e nas cadeias de reciclagem.</p>	<p>00ZE - Apoio ao fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem,</p>	<p>20AM – Implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais.</p>

PROGRAMA TEMÁTICO E GESTÃO	OBJETIVO	META	INICIATIVA	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
<p align="center">2015 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)</p>	<p>0714 – Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio de ações de promoção e vigilância em saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento. - Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas ambiental. 	<p>processamento e comercialização de resíduos.</p> <p>02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental.</p> <p>02Q3 – Fomento à educação em saúde ambiental para a promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos.</p> <p>02Q6 - Fortalecimento da vigilância em saúde ambiental.</p> <p>02Q8 - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.</p>	<p>3921 – Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.</p> <p>20K2 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental.</p> <p>20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para redução dos riscos à saúde humana em municípios com menos de 50.000 habitantes.</p>
<p align="center">2115 PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE</p>	<p align="center">-</p>	<p align="center">-</p>	<p align="center">-</p>	<p>20Q8 – Apoio à implementação de manutenção dos sistemas de saneamento básico e ações de saúde ambiental.</p> <p>4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.</p> <p>4641 – Publicidade e propaganda</p>

6 – Amortização da Dívida								

4.2.4.2. Análise Crítica

As licitações foram realizadas sem quaisquer prejuízos às atividades. As metas estabelecidas para o exercício foram concluídas, e não se registrou quaisquer tipos de obstáculos relevantes que impactassem sobremodo na execução das atividades.

	2010	206.834	0	0	0	0	0	0	0	0	206.834
Empregados Públicos											
Exercícios	2012	160.271.055		60.826.032	7.282.781	0	141	15.623	0	0	228.395.630
	2011										
	2010										

Fonte: Demonstrativo de Despesa com Pessoal – DDP

CONTINUAÇÃO DO QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Exercícios	2012	106.570.625	0	15.066.966	7.443	0	734.684	13.702.949	99.142	242.544	136.424.352
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Demonstrativo de Despesa com Pessoal – DDP

Nota Explicativa:

Considerando o quantitativo de empregados públicos cedidos ao SUS (5.027) além dos efetivos (97) e a dificuldade de extração no sistema do Demonstrativo de Despesas com Pessoal – DDP, de forma separada dos servidores licenciados e de regime de trabalho diferenciados, deixamos de informar os valores referentes a “servidores cedidos com ônus ou em licenças” que foram computados em “servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”.

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Motorista	02	12	17	-	-
Motocicleta	01	01	1	-	-
Recepcionista	02	03	3	-	-
Apoio Administrativo	50	57	62	-	-
Oficial de Manutenção	02	01	01	-	-
Eletricista de Auto	-	-	01	-	-
Lavador / Lubrificador de Auto	01	01	01	-	-
Mecânico de Auto	01	01	01	-	-
Total:	59	76	87	-	-

6.14. Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

A SUEST/RJ não foi contemplada para preenchimento de vagas de cargos administrativos quando da realização do concurso público realizado pela Funasa em 2009.

Para atender as demandas de trabalho no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro foi contratada empresa, em dezembro/2009, objetivando prestação de serviços de execução indireta de atividades materiais, acessórias, instrumentais e complementares àquelas de competência legal da Funasa no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram disponibilizados em janeiro/2010 - **87** postos de serviços distribuídos conforme quadro 6.14. Em 2011 esse quantitativo foi reduzido para **76** e em 2012 para **59**, mediante Termos Aditivos.

Fonte: Termo de Contrato / Aditivos

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? PALESTRAS, FOLDERS, AVISOS E COMUNICAÇÃO OFICIAL 					
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

DECLARAÇÃO

Eu, Claudio Manoel de Faria Moreira, CPF nº 545.606.597-53, ocupante do cargo de Superintendente Estadual Substituto, exercido na Fundação Nacional de Saúde, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2013.


Claudio Manoel de Faria Moreira
545.606.597-53

Superintendente Estadual Substituto/Suest-RJ

10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Claudio Manoel de Faria Moreira, CPF nº 545.606.597-53, ocupante do cargo de Superintendente Estadual Substituto, exercido na Fundação Nacional de Saúde, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2013.



Claudio Manoel de Faria Moreira
545.606.597-53

Superintendente Estadual Substituto/Suest-RJ

11.2.2. Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA									
Denominação completa (UJ)			Código da UG						
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Rio de Janeiro			255019						
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <table><thead><tr><th>RESTRIÇÃO</th><th>TÍTULO</th></tr></thead><tbody><tr><td>104</td><td>SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN</td></tr><tr><td>470</td><td>DESPESA SEM AMPARO LEGAL</td></tr></tbody></table> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				RESTRIÇÃO	TÍTULO	104	SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN	470	DESPESA SEM AMPARO LEGAL
RESTRIÇÃO	TÍTULO								
104	SALDOS A LONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN								
470	DESPESA SEM AMPARO LEGAL								
Local	Brasília-DF.		Data						
Contador Responsável	 Evânice Camargo Cardoso		CRC nº	4763					
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo								
Claudio Manoel de Faria Moreira Superintendente Estadual Substituto no Rio de Janeiro Portaria nº 650 de 21/10/2011									

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

Ética;
Eqüidade;
Transparência;
Eficiência, Eficácia e Efetividade;
Valorização dos servidores;
Compromisso socioambiental.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

